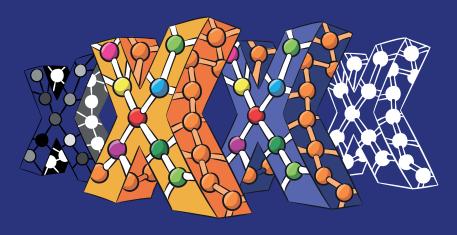
VAZAMENTO DE DADOS SIGILOSOS. O PRESIDENTE DESACATA ORDEM DO STF PARA DEPOR À PF, MAS A DELEGADA DO CASO APONTA CRIME DO EX-CAPITÃO. ESTE, POR SUA VEZ, CONTA COM AUGUSTO ARAS. DIANTE DE UM SUPREMO QUE EXIBE SUA TIBIEZA EM REDE NACIONAL, MINO CARTA PERGUNTA: "O QUE DIRIAM OS *SIOUX* SOBRE A CABELEIRA DE FUX?"

MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA,
DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

"Caixa Social é Caixa Pública. Social é ser Pública"

Os empregados e empregadas são a força motriz que protege a Caixa e permite que ela alcance todos os cantos do país. São mais de 84 mil pessoas, que seguem atuando para garantir a efetividade das políticas públicas de educação, saneamento, agricultura, moradia e sustentabilidade.

Mas, o banco público está sob ameaça de privatização e essa força precisa do apoio dos 211 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso, os bancários e bancárias da Caixa estão fazendo um chamamento público e pretendem envolver toda a sociedade para defender a Caixa pública e reforçar a importância do banco para todos e todas.

Junte-se ao movimento em defesa da Caixa!

MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA, DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

Caixa Social é Caixa Pública.
Social é ser Pública

Saiba mais

oelementox.org.br

CartaCapital

9 DE FEVEREIRO DE 2022 • ANO XXVII • Nº 1194

Capa: Pilar Velloso. Foto: Ettore Chiereguini/ Agif/AFP

In Fux we trust. Pág. 20

ROBERTO CASTRO/MTUR E FELLIPE SAMPAIO/STF

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Ana Flávia Gussen, Cleide Sanchez Rodriguez, Fabíola Mendonça (Recife) e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano
SECRETÁRIA: Ingrid Sabino

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VÍDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Caio César, Camila da Silva e Natane Pedroso
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: **www.cartacapital.com.br**

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
EXECUTIVA DE NEGÓCIOS: Keisy Andrade
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

REELEIÇÃO OU CADEIA

A determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, para que Jair Bolsonaro comparecesse para depor na Polícia Federal na sexta-feira 28 é emblemática. A exigência é em razão de o presidente não ter prestado depoimento sobre o vazamento de uma investigação sigilosa no prazo de 60 dias, após tentar, via Advocacia-Geral da União, a dispensa de tal formalidade – imprescindível, inclusive, para a sua própria defesa.
José de Anchieta Nobre de Almeida

UMA NOITE DE MEIO VERÃO

Entre sonhos e pesadelos, entre figuras sinistras e outras notáveis, Mino Carta esboça um pouco do passado recente e do presente trágico e promissor, com o possível retorno de Lula ao poder. Em recente escrito, Dilma Rousseff fala sobre o "sincericídio tardio" de Miriam Leitão a respeito do golpe de 2016, travestido de *impeachment*, que nos levou à tragédia Bolsonaro. Entre arrependidos e outros que ainda cometem crimes, restam os nossos heróis que lutaram pela democracia o tempo todo. Um sonho é assim mesmo, não tem pé nem cabeça, vem do inconsciente e tem um significado bem salutar. Freud, explica.
Paulo Sérgio Cordeiro Santos, de Curitiba, PR

OS DONOS DO ESPAÇO

Em São Paulo, temos zero plano habitacional. Daí a inescapável pergunta: o que fazem as nossas secretarias de Habitação, municipal e estadual?
Marcos Boiani

O capital não deveria ser protagonista da nossa história.
Karla Dourado

A MORTE DE UM INIMIGO

Ódio é uma palavra forte, mas só tenho dó de quem tentou se proteger, seguiu as recomendações sanitárias e, mesmo assim, acabou morrendo. Ou, ainda, daqueles que não tiveram a chance de se imunizar. De Olavo de Carvalho não tenho pena alguma. Colheu o que plantou. Como a própria filha do guru disse, "que as suas ideias sejam enterradas com ele".
Nathalia Cruz

Entendo o ódio legítimo do oprimido pelo opressor, mas a morte dos "nossos inimigos" resolve alguma coisa? Talvez, ficaria feliz com a morte de Olavo se esta significasse o fim do olavismo. Infelizmente, não acho que é o caso.
Francis Brasilis

O ódio pode ser a nossa arma, mas a Declaração Universal dos Direitos Humanos não exclui ninguém. Todos temos direito à vida, e defender esse princípio deveria ser o nosso diferencial. Pelo jeito, Pierre Bourdieu estava certo. Em uma sociedade reacionária, a subversão também será reacionária.
Amado Jacques

Texto e argumentação impecáveis. De fato, a retórica moralista de fundo religioso, retórica conveniente e arbitrariamente mobilizada, e a abstração da figura abjeta de Olavo ao termo de uma vida é mais um artifício classista.
Alex Henrique Bonavina de Oliveira

O FUTURO DA DIREITA

Vencer Bolsonaro com uma proposta de continuidade das reformas iniciadas por Temer, mudando apenas o nome do ocupante do Palácio do Planalto, para dar fôlego ao neoliberalismo e ao bolsonarismo, também não serve.
Francisco Carlos Corrêa

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta
O vaidoso STF

Diariamente enfrenta as câmeras da tevê. Peculiaridade nativa...

O Brasil, mais uma vez, fornece provas da sua capacidade em inovar ou mesmo criar na ausência de modelos internacionais. Refiro-me ao Supremo Tribunal Federal, o único no mundo a se exibir diariamente na televisão. Ninguém conhece o rosto dos juízes supremos dos mais importantes países do globo. Nós aqui temos, por exemplo, a oportunidade invulgar de perceber a alegria de um pele-vermelha americano que tivesse a ventura de tropeçar no escalpo glorioso do atual presidente do STF, Luiz Fux.

Já poderia causar sobressaltos íntimos o fato de que este mesmo Supremo, que digeriu com extrema tranquilidade os golpes praticados pela Lava Jato e pelo Congresso, continue a postos com a pompa habitual construída por discursos empolados e amplas togas. Continua a postos, contudo, como se os crimes cometidos no passado tivessem sido esquecidos ou perdoados. É a enésima peculiaridade do Brasil brasileiro. Como se não bastasse tudo mais que vem de cambulhada, a começar pela presença de um demente de hospício na Presidência da República.

Como de hábito, fingimos a normalidade, enquanto permanecem os problemas centrais: o desequilíbrio social monstruoso e a incapacidade de reação de um povo ignorante, jamais treinado para entender os vexames e as humilhações sofridos desde sempre, sem chance de revide. Até quando teremos, nós que alimentamos algumas crenças nos valores legados há cerca de 250 anos pela Revolução Francesa, de aceitar o atraso do País? Em compensação, recebemos D. João VI, rei de Portugal, em fuga de Lisboa na iminência da invasão do general Junot, e a própria colonização portuguesa cuidou de propiciar o resto do desastre.

Ao deixar, finalmente, o Brasil, a rainha Carlota Joaquina bateu o salto contra a amurada do navio destinado a levá-la de volta ao país de origem, a significar seu arrependimento por ter vivido algum tempo nas nossas paragens e se livrar da poeira tropical. Caberia a nós dar, na ocasião, um suspiro de alívio. Mas já era tarde. Arrisco-me a dizer que, no Brasil, sempre é tarde. •

Qual seria a reação de um *sioux* ao tropeçar na cabeleira de Fux? Já a rainha Carlota Joaquina incomodava-se com a poeira tropical, mas ela e D. João VI contribuíram para o atraso do Brasil

FELLIPE SAMPAIO/STF E MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

São Paulo/ Toupeiras de plumas

Os tucanos entregam outra cratera para a população paulistana

Os tucanos nunca foram bons para cumprir prazos, mas demonstram inequívoca vocação para criar atrações turísticas em São Paulo. Na terça-feira 1º, inauguraram o mais novo cânion da capital na Marginal Tietê, ao lado de um canteiro de obras da Linha 6-Laranja do Metrô. A cratera abriu-se após o rompimento de uma tubulação de esgoto no momento em que o tatuzão, equipamento responsável pela escavação dos túneis, passava cerca de 3 metros abaixo. O buraco engoliu três faixas da pista local, em direção à Rodovia Ayrton Senna, na altura da Ponte do Piqueri.

Anunciada por José Serra em 2008, um ano após o desabamento de um trecho da Linha 4-Amarela, que provocou a morte de sete trabalhadores, a Linha 6 deveria ter sido entregue dez anos atrás. Com a nova barbeiragem, o prazo de conclusão deve ser dilatado ainda mais. A população permanecerá mais alguns anos com a mobilidade comprometida, mas precisa reconhecer o talento das toupeiras de plumas na abertura de crateras.

A pista expressa da Marginal Tietê acabou liberada para a circulação de veículos pela Defesa Civil, mas a local deve continuar fechada por tempo indeterminado. Com os problemas no trânsito, o rodízio de veículos foi suspenso em toda a cidade. Ao se manifestar sobre o acidente, o governador João Doria, pré-candidato do PSDB à Presidência da República, renovou as promessas, mas evitou estabelecer novos prazos. “Determinei a apuração imediata das causas e elaboração de um plano da concessionária responsável pela obra, junto à prefeitura da capital, para a normalização do tráfego da Marginal rapidamente. E que as obras possam ser reiniciadas, com segurança, também o mais breve possível.”

2007

MAURÍCIO LIMA/AFP E EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

A capital paulista ganha um novo cânion, desta vez na Marginal Tietê

Economia letal

A gestão de João Doria gastou menos da metade do orçamento previsto para obras antienchentes no estado de São Paulo em 2021. Dos 996,9 milhões de reais aprovados pela Assembleia Legislativa, o governo paulista empenhou apenas 453,2 milhões, 45% do total. No ano anterior, o porcentual investido foi ainda menor, 18%. O resultado não poderia ser mais desastroso. As fortes chuvas que atingem os municípios da Grande São Paulo desde o fim de semana anterior causaram ao menos 24 mortes, entre elas as de oito crianças.

A Semana

Para inglês ver

Em 2021, quando a Amazônia registrou o maior desmatamento dos últimos 15 anos – 13,2 mil quilômetros quadrados, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –, o governo de Jair Bolsonaro usou somente 41% do orçamento disponível para fiscalização, 219,4 milhões de reais no total. O relatório *A Conta Chegou*, do Observatório do Clima, acrescenta ainda que o volume de autuações ambientais caiu ao menor nível das últimas duas décadas. O resultado demonstra de forma cabal que os "avanços" apresentados pelo Brasil durante a Cúpula do Clima da ONU eram uma bela peça de ficção. Feita para inglês ver, mas totalmente inverossímil.

Rio de Janeiro/ **Fúria escravocrata**

Refugiado do Congo, Moïse Kabagambe perece no pelourinho fluminense

Para escapar dos horrores da guerra civil no Congo, Moïse Kabagambe migrou para o Brasil em 2011, ainda adolescente. Com *status* de refugiado, trabalhava em um quiosque na orla da Barra da Tijuca, cartão--postal do Rio de Janeiro, quando foi espancado até a morte por quatro homens. A selvageria foi registrada por câmeras de segurança do próprio estabelecimento. No chão e aparentemente desacordado, o jovem congolês recebeu sucessivos golpes de porrete na cabeça por dois agressores. Depois de algum tempo, os assassinos retornaram e tentaram reanimá-lo com massagem cardíaca. Era tarde demais. Moïse estava morto.

O motivo de tanta fúria? Segundo familiares da vítima, o desentendimento começou após o jovem africano cobrar duas diárias atrasadas de seu empregador. Um amigo testemunhou o assassinato e, mesmo após sofrer ameaças dos assassinos, contou o que viu à sua família.

Após analisar as imagens, a Polícia Civil prendeu três suspeitos. Um deles era um vendedor de caipirinhas da praia e outro, um funcionário de uma barraca vizinha. Por meio de seu advogado, o proprietário do quiosque Tropicália, palco do crime, alega que estava em casa no momento do homicídio e não tinha qualquer desavença com o funcionário. Na quarta-feira 2, a Coalizão Negra por Direitos enviou uma denúncia ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU, pedindo providências sobre a morte do congolês. O grupo vê no crime atos de racismo e xenofobia.

O crime ocorreu após o jovem cobrar salário atrasado

Os episódios mergulham na mente dos apoiadores do ex-capitão

Mídia/ **NO MEIO DO CERCADINHO**

ESTREIA "POR QUE SEU TIO (AINDA) AMA BOLSONARO", *PODCAST* DE *CARTACAPITAL*

Na sexta-feira 4 estreia nas principais plataformas "Por que seu tio (ainda) ama Bolsonaro?", *podcast* de *CartaCapital* em parceria com a Fundação Friederich Ebert, que busca explicar os laços indeléveis entre Jair Bolsonaro e seus apoiadores. A série, em quatro episódios, baseia-se nas pesquisas qualitativas das cientistas sociais Esther Solano e Camila Rocha com eleitores do ex-capitão em diferentes classes sociais e regiões do País.

O material, colhido regularmente nos últimos seis anos, compõe um mosaico complexo e permite uma visão mais abrangente e menos preconceituosa de quem optou por Bolsonaro em 2018 e que pode voltar a fazê-lo em outubro deste ano. Os estudos de Esther Solano e Camila Rocha mostram que nem tudo está perdido e que o campo progressista comete um erro ao se recusar a entender o fenômeno e tratar como gado a totalidade dos eleitores bolsonaristas. Quer se aborrecer menos nos almoços de família? Acompanhe os episódios semanais de "Por que seu tio (ainda) ama Bolsonaro?" Todas as sextas-feiras de fevereiro.

O governo israelense se recusa a rever as suas práticas

Oriente Médio/ *Apartheid* sionista

A Anistia Internacional acusa Israel de promover a segregação dos palestinos

Na terça-feira 1º, a Anistia Internacional publicou um relatório de 211 páginas, no qual acusa o governo de Israel de submeter os palestinos a um sistema de *apartheid*, baseado em políticas de "segregação, expropriação e exclusão" que equivalem a crimes contra a humanidade. Segundo a ONG, a conclusão baseia-se em pesquisas e análises legais sobre expropriação de terras e propriedades palestinas, assassinatos ilegais, remoção forçada de pessoas e negação do direito à cidadania.

A Anistia Internacional não é a primeira organização de direitos humanos a acusar Israel de promover um regime de *apartheid*. Em abril do ano passado, a Human Rights Watch apresentou um documento com a mesma conclusão. A despeito dos alertas, o governo israelense recusa-se a rever as suas políticas e disse que o relatório "recicla mentiras" de grupos de ódio e visa "despejar combustível no fogo do antissemitismo".

Vítima do frio e da indiferença

O fotógrafo suíço René Robert, conhecido por retratar algumas das estrelas de flamenco mais famosas da Espanha, morreu de hipotermia em uma movimentada rua de Paris, em 19 de janeiro, depois de sofrer uma queda durante uma de suas caminhadas noturnas. A notícia foi dada pelo amigo jornalista Michel Mompontet na quinta-feira 27. "Incapaz de se levantar, Robert ficou enraizado no local, no frio, por nove horas, até que um sem-teto chamou os serviços de emergência." Era tarde, lamentou Mompontet nas redes sociais. "Ao longo dessas nove horas, nenhum transeunte parou para verificar por que esse homem estava deitado na calçada. Nenhum."

Peru/ DE MÃOS ATADAS

CASTILLO FARÁ TERCEIRA REFORMA MINISTERIAL EM SEIS MESES DE GOVERNO

O presidente do Peru, Pedro Castillo, anunciou uma nova mudança no seu corpo ministerial, a incluir a renúncia da primeira-ministra Mirtha Vásquez. "Como sempre tenho anunciado em minhas intervenções, o gabinete está em constante avaliação. Por tal motivo, decidi renová-lo e formar uma nova equipe. Agradeço o apoio de Mirtha Vásquez e ministros de Estado. Seguiremos pelo caminho do desenvolvimento pelo bem do país", escreveu Castillo, em comunicado divulgado na segunda-feira 31.

Vásquez é a segunda chefe do corpo ministerial a cair no governo. Ela chegou ao cargo em outubro como uma figura moderada, para substituir Guido Bellido, associado à esquerda radical. Segundo a ex-*premier*, a decisão foi tomada "diante da impossibilidade de alcançar consensos em benefício do país". Em carta ao presidente, ela queixou-se, porém, das crises provocadas por "opositores com clara intenção golpista".

O presidente peruano enfrenta uma crise atrás da outra

JAAFAR ASHTIYEH/AFP CÉSAR FAJARDO/PRESIDÊNCIA DO PERU, MARCOS CORRÊA/PR E REDES SOCIAIS

O feirão das armas

SOB BOLSONARO, É POSSÍVEL ADQUIRIR PISTOLAS ATÉ POR MEIO DE RIFAS QUE CORREM PELA LOTERIA FEDERAL. O NÚMERO DE REGISTROS QUADRUPLICOU EM TRÊS ANOS

por ANA FLÁVIA GUSSEN

A Polícia Civil do Rio de Janeiro e o Ministério Público deflagraram uma operação de combate ao tráfico que acabou por jogar luz à política armamentista do atual governo. Durante o cumprimento dos 20 mandados de busca e apreensão, os agentes chegaram a Vitor Furtado Rebollall Lopes, conhecido como "Bala 40", na rodoviária de Goiânia, quando ele transportava 11 mil balas de fuzil. Logo depois, um verdadeiro arsenal de guerra foi encontrado em sua casa, no Grajaú, Zona Norte do Rio: 26 fuzis, entre modelos AR-15 e 5.56, fabricados no Brasil, três carabinas, 21 pistolas, dois revólveres, uma espingarda calibre 12, um rifle e um mosquetão, além de caixas com milhares de munições. Só os fuzis foram avaliados em 1,8 milhão de reais e o total apreendido, em 3 milhões.

Tudo legal e autorizado pelo Exército, uma vez que Rebollall era registrado como CAC, sigla usada para designar colecionadores de armas, praticantes de tiro desportivo ou caçadores. Segundo a polícia, o preso possui 43 Certificados de Registro de Arma de Fogo (Crafs) ativos e vinculados ao estado de Goiás, onde adquiria os materiais bélicos e levava de carro até a capital fluminense. O Exército suspendeu as autorizações e cancelou o Certificado de Registro de "Bala 40" quando a operação foi deflagrada.

Rebollall vale-se de uma possibilidade que a legislação faculta, a de que colecionadores possam comprar uma quantidade de muito grande de armamentos. Com o auxílio da sua companheira e de outros criminosos, "ele revendia essas armas para integrantes do Comando Vermelho, uma das maiores facções do estado", diz o promotor Rômulo Santos, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, o Gaeco.

COM UM ARSENAL DE 3 MILHÕES DE REAIS ADQUIRIDO LEGALMENTE, UM TRAFICANTE REVENDIA FUZIS PARA O COMANDO VERMELHO

Não se trata de um caso isolado. Em setembro de 2020, um narcotraficante ligado ao PCC no Paraguai fez cursos de tiros, adquiriu armas e também possuía o registro do CAC. Após a prisão, o Exército informou que seu registro havia sido cassado em 2017. Ronnie Lessa, acusado pelo assassinato de Marielle Franco, era atirador desportivo e foi acusado de usar autorizações de importação para adquirir fuzis.

Além desta modalidade criminosa, também ganhou força um novo "mercado", o das rifas para aquisição de armas de fogo. Elas costumam ser divulgadas, sobretudo, em grupos bolsonaristas no Telegram, onde milhares de "apreciadores" buscam realizar o sonho da arma própria, adquirindo bilhetes de loteria por preços módicos, de 7 a 20 reais. "Vocês pediram e é hoje, hein? Taurus G3 9mm por 15 reais! Chega mais que a rifa abriu agora", di-

CAROLINA ANTUNES/PR E POLÍCIA CIVIL/RJ

Boa parte do armamento liberado por Bolsonaro cai nas mãos do crime organizado

zia um desses anúncios, ao qual *CartaCapital* teve acesso. "Rifa de uma pistola Rex Delta 9mm por 20 reais. Só mil participantes. Com brinde: uma caixa de munição", anuncia outro. Nos grupos, as pistolas de 9mm parecem ser as "queridinhas" do público. Elas eram de uso restrito das forças policiais, mas acabaram liberadas via decreto presidencial de Jair Bolsonaro.

Ao monitorar grupos de CACs, apreciadores de armas e profissionais de segurança no Telegram, a reportagem de *CartaCapital* encontrou subgrupos voltados apenas para a nova modalidade comercial. Para entrar na rifa, que corre pela loteria da Caixa Econômica Federal, basta entrar no *site* criado pelas próprias empre-

Em 2010 e 2014, Onyx Lorenzoni recebeu 200 mil reais em doações da Taurus, presidida por Nuhs

sas, a maior parte delas de venda de armas e cursos de tiros, e escolher os números. No cadastro não são solicitadas documentações ou comprovantes de posse ou porte de armas. Burocracia zero, e os interessados podem pagar os bilhetes com um Pix direto para os organizadores da rifa, via Mercado Pago ou com cartões de crédito.

De acordo com as regras descritas nas páginas, a arma só é entregue mediante comprovação de Autorização de Compra e CRAF da Arma, devidamente registrada, ou pela Polícia Federal (SINARM) ou pelo Exército Brasileiro (SIGMA). Caso contrário, o "prêmio" fica retido. No *site* da Caixa Econômica Federal, os objetos são registrados como valores em dinheiro. Uma pistola Glock, por exemplo, corresponde a uma cota de 20 mil reais.

"Para comprar as nossas rifas, é preciso ser maior de 25 anos, ter toda a documentação, exame psicológico, curso de tiro, senão não leva nada. Se não nos mandar a documentação, não tem negócio", explica o proprietário da Tactical Militaria, Pedro Antônio. A empresa, localizada na cidade goiana de Anápolis, promove as rifas em um grupo do Telegram com 17 mil participantes. A periodicidade é incerta, ocorre "de tempos em tempos".

Questionado sobre o possível aumento da procura por rifas após a flexibilização do acesso a armas e munição feita pelo governo federal, Pedro Antônio diz discordar que houve um afrouxamento das regras. "Não existe flexibilização. O presidente só tornou mais popular. Diminuiu, inclusive, a quantidade de armas que cada um pode ter, de seis para quatro", respondeu. Ao contrário do informado pelo negociante, o decreto não reduziu, mas aumentou de quatro para seis o total de armas permitido a cada cidadão. Na categoria dos CACs, contudo, é possível montar um verdadeiro arsenal sem desrespeitar a lei, como mostraremos mais adiante.

"Partindo do pressuposto de que a Caixa Econômica Federal não tenha restrição interna de sorteio do produto arma de fogo, é necessário que o vendedor esteja habilitado e a arma legalizada e documentada. Com o sorteio da rifa, o ganhador precisa estar totalmente dentro das exigências, como ser idôneo, ter autorização e preencher os requisitos para que a propriedade da arma seja transferida", explica Raquel Gallinati, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

De acordo com a legislação, o Exército é responsável por fiscalizar o comércio, registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, praticantes de tiro e caçadores. "Cabe destacar que o Exército não compactua com qualquer tipo de ilegalidade eventualmente cometida, repudiando veementemente atitudes e comportamentos em conflito com a lei", diz a assessoria de comunicação da força, por meio de nota. Procurada por *CartaCapital*, a Caixa Econômica Federal não respondeu aos questionamentos sobre a licitude dos sorteios de armas de fogo pelo banco estatal, tampouco informou as regras e exigências documentais feitas.

"VOCÊS PEDIRAM E É HOJE, HEIN? TAURUS G3 9MM POR 15 REAIS!", ANUNCIA UM VENDEDOR DE RIFA NO TELEGRAM

Desde que assumiu o governo, Bolsonaro publicou mais de 32 medidas relacionadas ao tema, entre portarias, instruções normativas e decretos, algumas delas cassadas por determinação do Supremo Tribunal Federal. Com isso, o Brasil quadruplicou o número de novas armas registradas a cada ano. Segundo dados da Polícia Federal, o número de registros passou de 51 mil, em 2018, para 202,5 mil no ano passado.

Curiosamente, os estados que mais avançaram na corrida armamentista são aqueles que mais entregaram votos a Bolsonaro em 2018. Minas Gerais lidera o

TAURUS ARMAS E CASA CIVIL/PR

ranking, com 24,3 mil novas armas e 31,5 mil autorizações. Depois vem São Paulo, com 23 mil novas armas e 32 mil autorizações. Na sequência, aparecem o Rio Grande do Sul, com 19 mil e 27 mil, respectivamente, e Santa Catarina, com 13,6 mil e 17,4 mil, revelam dados enviados pela Polícia Federal à reportagem de *CartaCapital*.

O vertiginoso crescimento vem no embalo dos CACs. Desde 2019, praticantes de tiro desportivo podem adquirir até 60 armas e os caçadores, 30. Eles também podem comprar até mil munições por ano para cada arma de uso restrito. Fuzis e pistolas de calibre 9mm e .40, antes de uso exclusivo das Forças Armadas e das polícias, agora estão liberadas. Além disso, é possível comprar até 5 mil munições por ano para cada arma de fogo de uso permitido por civis, graças às dezenas de decretos e instruções normativas editadas pelo governo federal e que desmantelaram a legislação anterior.

Com a flexibilização, o Exército emitiu mais de mil novos registros de CAC's por dia. Em 2019, foram 147 mil registros e, no ano passado, 388 mil, revelam dados coletados pelo Instituto Sou da Paz. As novas regras dão um verniz legal à compra de armas que pode abastecer organizações criminosas. Segundo especialistas ouvidos por *CartaCapital*, 99% das armas apreendidas foram legais em algum momento.

"Precisamos chamar atenção para outras duas medidas: a presunção da veracidade da declaração de necessidade de se armar e a periodicidade de renovação dos registros, que passou de cinco para dez anos. Nesse período, a pessoa pode, por exemplo, ter alguma doença que o torne incapaz de manusear armas, mas a autorização continua válida", critica Ivan Marques, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Antes, um delegado analisava a declaração de necessidade, bem como os antecedentes criminais do solicitante, a prova de tiro e o atestado psicológico. Agora, basta o interessado passar nas provas e entregar um papel, acrescenta o especialista. Não existe uma avaliação do risco de a arma cair em mãos erradas ou de contribuir para o aumento da violência. "Não bastasse, o presidente e seus filhos fazem propaganda ativa pelo armamento da população civil."

Na avaliação de Marques, essas iniciativas se converteram em uma "política pública", capaz de baratear o acesso a armas de alto poder ofensivo. Ele destaca especialmente a "arma da moda", um fuzil que passou a ser fabricado no Brasil pela Taurus em 2017 e vendido amplamente a partir de 2019. "Antes, um narcotraficante precisava pagar de 40 mil a 60 mil reais para comprar um fuzil 5.56. Com a produção interna e a liberação para civis, o fuzil passou a ser

Qualquer um pode participar do sorteio, mas o prêmio só pode ser entregue a quem tem autorização

Zero Dois, Zero Três e o ministro Mário Frias fazem campanha aberta pelo armamento da população civil

CRIS FAGA/NURPHOTO/AFP E REDES SOCIAIS

vendido no mercado ilegal por 20 mil."

Anteriormente, qualquer arma que disparasse um projétil com energia de lançamento acima de 407 joules era considerada de uso restrito. Agora, o limite passou para 1.620 joules, o que liberou a posse de fuzis para a caça, treinos de tiro e até mesmo proteção de propriedades rurais.

Os efeitos são notados até na balança comercial. Em 2021, o volume de importações de armas cresceu 33%, alcançando 51,2 milhões de dólares, segundo dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), do governo federal, revelados pela BBC Brasil. A compra de revólveres e pistolas do exterior teve alta de 12%. Entre fuzis, carabinas, metralhadoras e submetralhadoras, houve um vertiginoso aumento de 574%.

O clã Bolsonaro sempre teve fortes vínculos com a indústria armamentista. O deputado Eduardo Bolsonaro, filho Zero Três do presidente, é filiado à Associação Nacional de Rifles dos EUA desde 2018. Com mais de 5 milhões de associados pelo mundo, a entidade é uma das principais interessadas no afrouxamento do Estatuto do Desarmamento no Brasil.

EM 2021, O VOLUME DE IMPORTAÇÕES DE ARMAS CRESCEU 33%, ALCANÇANDO A CIFRA DE 51,2 MILHÕES DE DÓLARES

De 18 a 21 de janeiro, Zero Três esteve em Las Vegas, nos EUA, onde participou da exposição Shot Show e comentou como a "ideologia" da "liberdade do cidadão" da Associação de Rifles norte-americana é a mesma usada por Bolsonaro para legislar sobre armas no Brasil. O parlamentar destacou, ainda, a importância do *soft power*, termo usado quando um corpo político atua influenciando a cultura e os costumes dos cidadãos. Segundo ele, a política de armas adotada pelo pai tem "salvado vidas". O Atlas da Violência aponta, porém, que os homicídios voltaram a subir 5% em 2020.

Nos últimos dias, uma compra de 500 fuzis pela Polícia Civil do Rio de Janeiro acabou por envolver o senador Flávio Bolsonaro em mais uma investigação, desta vez por direcionamento de licitação e conflito de interesses, noticiou o portal UOL. A Sig Sauer, empresa alemã com sede nos EUA, venceu o pregão em julho com uma proposta de 3,81 milhões de reais, 2% abaixo do teto estipulado, mas a compra só foi concretizada cinco meses depois, quando Flávio conseguiu a liberação de 3 milhões de reais com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, principal estrutura do Ministério da Justiça. A Polícia Civil e o senador negam ter feito *lobby* para a empresa. Vale lembrar que o irmão Eduardo Bolsonaro é uma espécie de "garoto-propaganda" da Sig Sauer e chegou a comemorar nas redes sociais quando a empresa recebeu autorização para fabricar pistolas no Brasil, em 2020.

De 2019 a 2020, os ministérios da Casa Civil, da Defesa, da Justiça e das Relações Exteriores tiveram 73 audiências com re-

NO EMBALO DO EX-CAPITÃO

Estados que elegeram Bolsonaro lideram a corrida armamentista

MINAS GERAIS
24,3 mil armas registradas
31 mil novas autorizações
58,19% votaram em Bolsonaro

SÃO PAULO
23 mil armas registradas
32 mil novas autorizações
67,97% votaram em Bolsonaro

SANTA CATARINA
13,6 mil armas registradas
17,4 mil novas autorizações
75,92% votaram em Bolsonaro

RIO GRANDE DO SUL
19 mil armas registradas
27 mil novas autorizações
63,24% votaram em Bolsonaro

Fonte: Polícia Federal e TSE

presentantes do setor de armas, segundo levantamento feito pelos deputados Ivan Valente e Talíria Petrone, ambos do PSOL. À época, a Casa Civil era comandada por Onyx Lorenzoni, que recebeu 200 mil reais em doações de campanha da Taurus nas eleições de 2010 e 2014, quando o financiamento de candidatos por empresas ainda era prática legal. A fábrica da empresa, uma das maiores do mundo, fica no Rio Grande do Sul, domicílio eleitoral de Onyx.

Agora está nas mãos do Congresso regulamentar essas medidas. Os parlamentares podem referendar as iniciativas de Bolsonaro, dificultando uma mudança na eventual troca de governo, ou arquivar de vez o PL 3.723/19, de autoria do ex-capitão. Caso o projeto seja aprovado, além de chancelar o emaranhado legal feito pelo Executivo nos últimos três anos, a proposta vai praticamente acabar com o rastreamento de munições, uma vez que desobriga a marcação. O Sou da Paz e o Instituto Igarapé alertam, porém, que o rastreamento é essencial para solucionar crimes. •

Os seguidores de Bolsonaro não perdem a oportunidade de se fantasiar de Rambo nas manifestações

Na linha de tiro

APENAS EM JANEIRO, OITO LIDERANÇAS SOCIOAMBIENTAIS FORAM ASSASSINADAS A SANGUE-FRIO EM ÁREAS REMOTAS DO BRASIL

por MAURÍCIO THUSWOHL

A tuar em favor de causas sociais ou ambientais em áreas remotas do Brasil sempre foi uma "profissão de risco", mas 2022 anuncia-se especialmente perigoso para os ativistas. Somente em janeiro, oito assassinatos a sangue-frio de lideranças locais cometidos no interior de Goiás, Pará e Maranhão apontam para a ação de grileiros, garimpeiros e até policiais. Nas três ações, as vítimas eram protagonistas de movimentos que incomodavam o poder paralelo instalado nas regiões em que militavam.

Rede criada há 30 anos e que reúne 400 entidades socioambientais atuantes na Amazônia, o Grupo de Trabalho Amazônico manifestou sua preocupação com o aumento da violência e pede cuidado redobrado aos seus militantes. "A rede encaminha denúncias às autoridades e chega a retirar, temporariamente, ativistas em perigo de seus locais de atuação, mas os lugares remotos têm menos meios, inclusive de comunicação, e isso piorou na pandemia", diz Sila Mesquita, dirigente do GTA. Com a facilitação do acesso às armas promovida por Jair Bolsonaro, a expectativa é de que no último ano de governo ocorra um recrudescimento dos conflitos. "A perseguição do Estado contra aqueles que defendem a importância da floresta para a sustentabilidade dos povos e do planeta não para de crescer."

Em 19 de janeiro, quatro pessoas foram mortas pela Polícia Militar em uma suposta operação de repressão ao tráfico de drogas em Vila São Jorge, na Chapada dos Veadeiros. Segundo relatos de moradores, a contradizer a versão oficial, as vítimas não apresentaram resistência à abordagem e foram executadas depois de rendidas. Entre elas estavam Antônio da Cunha dos Santos, militante quilombola conhecido como Chico Kalunga, e Salviano Souza Conceição, pioneiro na luta pela transição da economia local, baseada no garimpo, para o turismo ecológico. A ação ocorreu no sítio de Salviano, em Cavalcante. Nenhuma das vítimas – atingidas por 58 tiros, sendo 40 disparos de fuzis – tinha antecedentes criminais.

Os policiais afirmam ter incendiado "uma plantação de maconha" no terreno, onde teriam sido recebidos a tiros, e apreendido quatro revólveres e uma espingarda. A versão é contestada por testemunhas ouvidas por *CartaCapital*. "Havia, sim, uma dúzia de pés de maconha plantados no terreno, mas era para consumo próprio. Salviano era um senhor idoso e muito querido por todos, era um ex-garimpeiro que se transformou em professor dos monitores ambientais que atuam na região. As armas, com certeza, foram plantadas. E por que queimaram os pés de maconha antes da perícia?", questiona um vizinho de Salviano, que prefere não ter seu nome revelado. Segundo a polícia, outros três supostos traficantes escaparam. "Diante da injusta agressão foi feito o revide, sendo quatro homens alvejados e três tendo evadido para uma mata", diz o boletim de ocorrência.

Dada a discrepância entre os relatos de policiais e moradores, a Polícia Civil abriu inquérito para apurar se o crime tem alguma relação com a militância de Salviano e Chico Kalunga. Já a PM de Goiás afastou os seis agentes que participaram da ação. Também ouvido por *CartaCapital*, um familiar de uma das vítimas disse que o comandante da ação, conhecido como Major, "sempre implicou com o Salviano", mas que o estopim para o crime teria sido para lá de fútil: "No fim do ano, eles bateram boca sobre a propriedade de um cachorro e o Major jurou o Salviano de morte".

Testemunhas afirmam que entre as três pessoas poupadas havia uma mulher grávida, o que provocou a "compaixão" dos executores. Em depoimento, os policiais disseram ter incinerado cerca de 500 pés de maconha, além de material para prensagem e embalagem, mas isso ainda terá de ser confirmado pela perícia. "De acordo com a lei, quem deve determinar a incineração da droga é o delegado, mas isso foi feito antes da minha chegada ao local", observa o delegado Alex Rodrigues.

Uma nota de repúdio à ação da polícia goiana foi firmada por 134 organizações da sociedade civil: "Salviano, Chico, Jacaré e Alan eram conhecidos por todos da comunidade. Eram pessoas de boa índole, não eram violentos, não tinham passagem pela polícia, não andavam armados. Não eram bandidos. Eram pacíficos. Morreram por causa de uma guerra insana, que condena e mata de forma seletiva uma parte da população que é preta e pobre em verdadeiros tribunais de rua", diz o documento firmado por entidades como MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, entre outras.

A "Chacina da Chapada" não foi o primeiro crime contra lideranças socioambientais registrado este ano. Em 8 de janeiro, morreu o líder quilombola José Francisco Lopes Rodrigues, conhecido como Quiqui. Cinco dias antes, ele havia sido baleado dentro de sua própria casa, na cidade maranhense de Arari,

COM A FACILITAÇÃO DO ACESSO ÀS ARMAS, A EXPECTATIVA É DE QUE NO ÚLTIMO ANO DO GOVERNO BOLSONARO OCORRA UM RECRUDESCIMENTO DOS CONFLITOS

FÁBIO TEIXEIRA/NURPHOTO/AFP

Quando tinha 14 anos, a família de Txai Suruí ficou sob a proteção da Força Nacional

por um pistoleiro ainda não identificado. O assassino, escondido no quintal, pegou Quiqui de surpresa quando este retornava da escola onde foi buscar a neta. A menina, de 10 anos, também foi baleada, mas sobreviveu. Muito conhecido na região, o ativista despertou a ira de fazendeiros locais após ter recebido, em novembro, representantes da ONU em sua residência. Na reunião, foram apresentados relatos de violação aos direitos humanos no Quilombo do Cedro.

Segundo a CPT, Quiqui é o quinto quilombola assassinado naquela região nos últimos dois anos. Todos foram vítimas de crimes de pistolagem a mando de latifundiários e grileiros. "Os conflitos agrários em Arari têm se intensificado, foram cinco assassinatos entre 2020 e o início de 2022. Todos os mortos lutavam contra o cercamento dos campos naturais por latifundiários e grileiros que fazem uso predatório das áreas de uso comum de territórios tradicionais e camponeses para o monocultivo de arroz transgênico e criação de búfalos", diz uma nota da Comissão.

Ainda em janeiro, três integrantes da mesma família – o ambientalista José Gomes, conhecido como Zé do Lago, sua mulher Márcia Lisboa e sua filha Joene Lisboa – foram executados por pistoleiros em São Félix do Xingu, no sul do Pará. Segundo relatos, a família morava há 20 anos na localidade de Cachoeira da Mucura e era atuante em um projeto de soltura de filhotes de tartarugas no Rio Xingu, ativismo que os colocou em rota de colisão com o garimpo ilegal. Em 9 de janeiro, os corpos de pai e filha foram encontrados dentro de casa e o de Márcia boiando no rio. Pelo estado de decomposição, a polícia estima que os crimes foram cometidos três dias antes.

Jovem que ganhou notoriedade ao discursar na abertura da Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, Txai Suruí avalia que o Brasil é um dos países mais perigosos para os ativistas. "Essa família inteira assassinada é mais um exemplo disso", diz, citando também o assassinato de outra jovem liderança, seu amigo Ari Uru-Eu-Wau-Wau. "Até hoje não se sabe o que aconteceu." Coordenadora da Juventude Indígena de Rondônia, Txai denuncia o processo de ataques e ameaças não só aos ativistas e territórios indígenas, mas a todo o meio ambiente: "Aqui sofremos a política anti-indigenista dos governos federal e estadual. Mais do que omissão, há um incentivo à invasão de nossos territórios em um contexto de ataque às comunidades tradicionais, aos povos originários".

Segundo a CPT, 62 pessoas foram mortas no município nas últimas quatro décadas por conta de conflitos socioambientais. A área onde a família de ambientalistas morava está inserida na APA Triunfo do Xingu, uma das mais atingidas pelo desmatamento e o avanço do garimpo e da pecuária.

"MAIS DO QUE OMISSÃO, HÁ UM INCENTIVO À INVASÃO DE NOSSOS TERRITÓRIOS", DENUNCIA A JOVEM INDÍGENA TXAI SURUÍ

Presidente histórica do GTA, Leide Aquino diz que o retrocesso nunca foi tão grande. "Hoje sofremos um processo de invasão dos territórios estabelecido por este governo que abriu as portas para a ilegalidade." Ela, que vive na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, vê da janela o desmonte das políticas ambientais e o avanço sobre as áreas de proteção. "Comerciantes e empresários estão invadindo a Resex para transformar nossa comunidade extrativista em território da pecuária. O perigo para os ativistas só cresce."

Filha dos conhecidos ambientalistas Almir Suruí e Neidinha Cardozo, concorda que o perigo está à espreita e diz que mesmo a Funai representa hoje um risco à segurança dos ativistas no interior de Rondônia. Ela se lembra dos momentos de medo que já viveu: "Quando eu tinha 14 anos minha família teve de passar a ser acompanhada pela Força Nacional de Segurança, porque meus pais estavam sendo ameaçados", conta. O temor é que situações assim voltem a acontecer em 2022. •

OLI SCARFF/AFP

Patologia social

▶ O macabro assassinato do jovem congolês Moïse Kabagambe desnuda a violência e a brutalidade a que está submetida a juventude negra do Brasil

O assassinato brutal do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe no Rio de Janeiro escancarou para o mundo o estado de beligerância e barbárie em que estamos imersos. Asilado político no Brasil desde 2011, para fugir da guerra civil que se instalou em seu país, o jovem de 24 anos tornou-se mais uma vítima do discurso de ódio, do racismo e da intolerância, temperados pela violência que tem imperado em nosso país nos últimos anos. Em verdade, foi mais uma vítima do racismo estrutural apresentado, desta vez, em estado puro e letal. Nem as câmeras de segurança, nem as testemunhas que presenciaram o espancamento, nem mesmo o imponente local, a Barra da Tijuca, ponto turístico conhecido mundialmente, foram suficientes para inibir o espetáculo macabro de socos e pauladas que levaram o jovem africano à morte.

Esta manifestação de desprezo pela vida não é obra do acaso, é fruto de trabalho calculado e meticuloso de estímulo ao descaso para com as minorias que autoridades importantes do País, apoiadas por setores conservadores da sociedade, têm adotado. O "fazer justiça com as próprias mãos", seja por meio de pauladas ou armando a população de forma insana, como temos visto diariamente pelos veículos de comunicação, não poderia ter outro resultado, senão o aumento exponencial da violência.

Parte da população está se sentindo autorizada ao uso da violência, exatamente por aqueles que deveriam combatê-la. E não podemos cair nessa armadilha. Temos de resistir. Temos de insistir. A luta pela pacificação da nossa sociedade não pode ser uma figura de retórica. Precisa tornar-se uma realidade.

A indignação que se seguiu, o desespero dos familiares e amigos da vítima, assim como a cobertura da mídia cobrando providências severas contra esta selvageria pareciam cenas de uma crônica de uma morte anunciada. A impressão de que isso é algo normal, uma fatalidade ou responsabilidade individual dos criminosos, não se justifica. Não pode ser aceita. Pode até parecer normal, mas não o é. Isto é a barbárie. E por isso mesmo precisa ser duramente combatida. Temos de dar um basta a essa tragédia que tem se abatido sobre Brasil nas últimas décadas. A naturalização dos assassinatos, sobretudo contra a juventude negra de nosso país, está se tornando uma patologia, uma doença social. Todos somos responsáveis tanto pela tragédia quanto pela sua superação.

Os dados do Instituto Sou da Paz sobre a violência no Brasil são estarrecedores: de 1990 para cá, as armas de fogo foram responsáveis por 70% dos homicídios no País, e as principais vítimas são da população negra. O estudo *Violência Armada e Racismo* informa que 78% das vítimas de agressão armada são pessoas negras, representando mais de 30 mil assassinatos apenas no ano de 2019. No que diz respeito à juventude negra, a tragédia ganha contornos dramáticos. Os jovens negros com idade entre 15 e 29 anos são os mais vulneráveis, representando 75,7% das vítimas, segundo o *Atlas da Violência* de 2020. Isso é uma verdadeira carnificina.

Assim como ocorreu nos EUA no assassinato do afro-americano George Floyd, a sociedade brasileira, independentemente da pigmentação de sua pele, precisa unir-se para impedir que a nossa juventude negra continue sendo literalmente exterminada e que a sociedade viva aos sobressaltos diante de tanta violência. Precisamos juntar as instituições democráticas, o Executivo, o Judiciário, as organizações sindicais, os movimentos sociais e, em particular, o movimento negro, todos aqueles que acreditam em uma nação fraterna e solidária, para exigir políticas públicas que protejam a nossa juventude e lhe propicie o acesso à educação, à cultura, ao lazer e à vida de forma plena.

Sabemos que o racismo no Brasil é estrutural. Sabemos que não iremos resolver esta questão com um passe de mágica, mas não podemos ficar inertes. Precisamos nos mobilizar em defesa da vida. Precisamos recuperar a disposição de cantar a plenos pulmões os memoráveis versos de Gonzaguinha: *Viver e não ter a vergonha de ser feliz*. •

lidice@lidice.com.br

BAPTISTÃO

Se depender de Aras...

JUSTIÇA Uma delegada da PF aponta crime de Bolsonaro, mas para o STF julgá-lo é preciso que o procurador-geral trabalhe

POR ANDRÉ BARROCAL

Em 4 de agosto de 2021, uma quarta-feira, o tenente-coronel do Exército Mauro Barbosa Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, ligou para o irmão e pediu-lhe que colocasse certos documentos em algum servidor, um computador-depósito para conteúdos acessíveis via internet. Daniel é chefe de engenharia de *software* e de produtos em duas empresas sediadas nos Estados Unidos, terra onde o pai dele e de "Cidinho", o general da reserva Mauro Lourena Cid, comanda o escritório de Miami da Apex, a Agência de Promoção de Exportações, por escolha de Bolsonaro em 2019. Daniel pôs o material no servidor "brasileiros.social", criado por ele nos EUA para abastecer postagens em uma rede social similar ao Twitter, o Mastodon.

A papelada tinha sido enviada ao tenente-coronel naquela quarta-feira pelo deputado federal Filipe Barros, do PSL do Paraná, via WhatsApp. O parlamentar era o relator da comissão especial do voto impresso, proposta que a Câmara enterraria dali a uma semana. Na condição de relator, Barros tinha requisitado dias antes a um delegado da Polícia Federal alocado em Brasília, Victor Neves Feitosa Campos, a documentação repassada ao ajudante de ordens da Presidência. Argumentara com Campos que seriam úteis à comissão. O policial conduzia um inquérito sobre um ataque *hacker* aos sistemas do TSE, o Tribunal Superior Eleitoral, ocorrido em setembro de 2018, mês anterior à vitória de Bolsonaro nas urnas. Era a íntegra dessa investigação que o deputado queria e obteve.

Antes de o material ir de Barros a "Cidinho" e deste a Daniel, os dois primeiros

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 24
Entrevista.
"Moro mercadejou a toga", diz Kakay

haviam estado com Bolsonaro no Palácio da Alvorada. O presidente e o parlamentar discutiram ali a ideia de jogar a papelada na praça. A intenção era mostrar ao País a alegada (por eles) vulnerabilidade do sistema do TSE e, dessa maneira, criar um clima favorável na sociedade à aprovação do voto impresso. O ex-capitão combinou com a rádio Jovem Pan naquele 4 de agosto uma *live*, entrevista ao vivo exibida em vídeo na *web*, e usou suas páginas pessoais no Youtube e no Facebook para retransmitir o espetáculo. Armazenar uma cópia do inquérito em um servidor norte-americano compunha a trama. Permitiu ao presidente disseminar a documentação na web.

"Informações sigilosas que foram fornecidas à Polícia Federal para auxiliar numa investigação foram vazadas pelo próprio presidente da República em redes sociais, divulgando dados que auxiliam milícias digitais e *hackers* de todo o mundo que queiram invadir nossos equipamentos", afirmou na terça-feira 1º o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, ao abrir a Corte em 2022. "Tivemos que tomar uma série de providências de reforço da segurança cibernética dos nossos sistemas para nos protegermos. Faltam adjetivos para qualificar a atitude deliberada de facilitar a exposição do processo eleitoral brasileiro para ataques criminosos."

Para o ministro podem faltar adjetivos, mas para a delegada federal Denisse Dias Rosas Ribeiro um substantivo resolve: crime. Foi assim que, em um relatório de 31 de janeiro encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, ela descreveu a conduta de Bolsonaro, Barros e Mauro Barbosa nos fatos de 4 de agosto e seus preparativos, descrição constante de um inquérito, o 4.828, instaurado na Corte em agosto de 2021, a pedido do TSE. Nunca antes na história deste governo um policial federal havia carimbado o presidente como criminoso. Na quarta-feira 2, o juiz Alexandre de Moraes, do Supremo, despachou a conclusão da delegada ao procurador-geral da República, Augusto Aras, para o "xerife" decidir o que vai fazer. Deu-lhe 15 dias.

> O presidente **vazou informações sigilosas**, aponta Denisse Ribeiro em seu relatório

Aras é o único com autoridade legal para acusar o presidente à Justiça por crime comum. Indicado de Bolsonaro, mostrou em dois anos no cargo uma imensa boa vontade com o padrinho, um "alinhamento sistemático", segundo a ONG Transparência Internacional em relatório de janeiro. A dúvida que ele deixa em Brasília não é sobre as providências que tomará, mas qual será a ginástica para livrar o capitão. "É um pouco mais que advogado de defesa do presidente: é um serviçal", tuitou o senador Randolfe Rodrigues, da Rede, vice-presidente da extinta CPI da Covid, na quarta-feira 2.

Na mesma quarta, Aras havia solicitado ao Supremo a intimação do presidente e do relator da CPI, senadores Omar Aziz, do PSD, e Renan Calheiros, do MDB, para se defenderem da acusação de abuso de autoridade, receptação e vazamento de informação sigilosa. Agiu motivado por uma queixa apresentada à Procuradoria em novembro por um dos filhos do presidente, o vereador Carlos. Este crê haver irregularidades por trás do conhecimento demonstrado pela cúpula da CPI a respeito de apurações secretas em curso no Supremo sobre as milícias digitais.

Dever. A delegada atua com independência

Vazar documento sigiloso obtido graças a um cargo público ocupado e com isso causar dano à administração pública é crime previsto nos artigos 325 e 327 do Código Penal. Dá cadeia de 2 a 6 anos. É este o crime imputado por Denisse Ribeiro a Bolsonaro, Barros e Mauro Cid. O inquérito conduzido pelo delegado Campos sobre ataque *hacker* ao TSE era sigiloso, anotou ela, pois todo inquérito policial é, conforme o artigo 20 do Código de Processo Penal. Esse artigo, aliás, foi citado pela Advocacia-Geral da União, a AGU, defensora do governo nos tribunais, em um pedido de 26 de janeiro ao Supremo para a Corte "reforçar o *status* de sigilo" da investigação da delegada contra o presidente. Moraes negou e, no dia seguinte, tirou o segredo de tudo.

Para chegar às suas conclusões, Denisse interrogou o colega Campos, o deputado Barros, um assessor do parlamentar na comissão especial da Câmara, Mario Alexandre Gazziro, o tenente-coronel Cid e o irmão dele. Em suma, Campos diz ter ficado surpreso com a divulgação do inquérito pelo presidente em 4 de agosto, pois repassara o material a Barros em razão de um ofício do deputado que falava apenas em subsídios para a comissão especial do voto impresso. Gazziro afirma que o parlamentar o alertou de que a papelada era sigilosa, ao enviá-la para ser examina-

REDES SOCIAIS E MARCOS CORRÊA/PR

As instituições em funcionamento. Fux se acomoda no lugar-comum. Moraes diz a Aras: "Toma que o filho é teu"

da. Cid relatou os preparativos da *live* e da divulgação dos documentos, mas alegou que não eram sigilosos. Se não eram, por que pediu ao irmão para tirá-los do servidor dos EUA, após ter solicitado o oposto? A exclusão foi relatada por Daniel à PF.

Após o depoimento do irmão do ajudante de ordens presidencial, Denisse requereu ao Supremo aval para interrogar Bolsonaro. Foi em 24 de novembro. Moraes autorizou e deu 15 dias para o depoimento ser realizado em data, hora e local escolhidos pelo capitão. Em 10 de dezembro, esticou o prazo até 28 de janeiro, por solicitação da AGU, a qual lhe escrevera: "O Senhor Presidente da República, em homenagem aos princípios da cooperação e boa-fé processuais, atenderá ao contido no Ofício nº 536307/2021-SR/PF/DF". O ofício mencionado era da delegada sobre o interrogatório. Em 26 de janeiro, no entanto, a AGU avisou o Supremo que Bolsonaro não iria mais falar. Invocou o direito de um investigado não ir depor, o "direito à ausência", posição adotada pelo STF em 2018, ao julgar a condução coercitiva de Lula pela Operação Lava Jato em 2016. Moraes não aceitou e mandou o capitão depor às 14 horas do dia 28. Bolsonaro deu o cano. E ficou por isso mesmo.

A desobediência de Bolsonaro a uma ordem do STF ficará por isso mesmo?

Recorde-se: em seu 7 de Setembro golpista, Bolsonaro havia chamado Moraes de "canalha" e dito que não cumpriria mais decisões dele. A cartinha arrependida redigida a quatro mãos com seu antecessor, Michel Temer, e dirigida ao Supremo em 9 de setembro parece ter sido para inglês ver. Temer, aliás, disse por aí ter entrado de novo em cena e levado a Moraes, que ele indicou para o STF em 2017, um pedido de ministros de Bolsonaro para deixar as coisas como estão no caso do desacato presidencial a uma ordem judicial. Na reabertura do Supremo em 1º de fevereiro, o comandante da Corte, Luiz

Fux, falou generalidades sobre democracia e Estado de Direito. Sobre o desacato, nada. Ao encaminhar as conclusões de Denisse Ribeiro sobre o crime de Bolsonaro, Barros e "Cidinho", Moraes pediu a Aras para opinar sobre o desacato.

Apesar do cano na PF, Bolsonaro comentou publicamente o caso em 31 de janeiro: "Aquele inquérito que eu revelei na minha *live* não era sigiloso. Transformou-se em sigiloso depois da *live*". Em seu relatório, a delegada anotou que o não-depoimento dele não atrapalhou o esclarecimento dos fatos. A policial é promessa de dor de cabeça para o presidente e seus fiéis neste ano e no futuro. É quem conduz um inquérito sobre milícias digitais (nº 4.781), outro sobre uma quadrilha por trás dessas milícias (nº 4.874) e um terceiro sobre o disparate presidencial de que vacina anti-Covid causa Aids (nº 4.888), todos em curso no Supremo. Está à frente ainda de um inquérito em andamento no TSE sobre mentiras disseminadas contra as urnas eletrônicas.

Diante de tudo o que observou e descobriu, a delegada acredita que, a partir de 2018, ano da vitória de Bolsonaro, vários indivíduos "se uniram de forma estruturalmente ordenada, com unidade de desígnios e divisão de tarefas (produção, difusão e financiamento), com o objetivo de obter vantagens financeiras e/ou político-partidárias por meio da produção e da divulgação de informações (texto, imagem e vídeo) em meios de comunicação (redes sociais ou canais de comunicação) de notícias fraudulentas, falsas comunicações de crimes, ameaças e crimes contra a honra, lesando ou expondo a perigo o Estado Democrático de Direito e a independência e a harmonia entre os poderes, ocultando ou dissimulando a natureza, origem, movimentação ou propriedades de valores decorrentes da atividade criminosa". Tradução: uma quadrilha de mentirosos e lavadores de dinheiro.

Fl. 321
SR/PF/DF
2021.0061542

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

INQUÉRITO POLICIAL: 2021.0061542 (INQ STF nº 4878-DF)

Decorrido o prazo estabelecido, não houve atendimento à ordem judicial mencionada, inviabilizando-se a realização do ato e a consequente obtenção da perspectiva do Sr. JAIR MESSIAS BOLSONARO a respeito dos fatos. Essa situação, entretanto, não teve o condão de impedir a correta compreensão e o esclarecimento do evento, conforme demonstrado no tópico a seguir.

O cotejamento dos elementos de interesse obtidos durante a investigação possibilitou que se exarasse o despacho fundamentado que determinou o indiciamento de MAURO CESAR BARBOSA CID, bem como apontou autoria, materialidade e circunstâncias do fato, atribuindo a prática do crime também a FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO e a JAIR MESSIAS BOLSONARO, corroborando a ideia de articulação de um grupo maior de pessoas cuja atuação se insere em contexto mais amplo, tratado no INQ nº4874. O modo de agir é correlato

No Supremo, as investigações da delegada correm aos cuidados de Moraes. Que, em agosto, perto da eleição, assume a chefia do TSE. Em outubro de 2021, o ministro disse, durante uma sessão da Corte eleitoral, que se este ano houver a repetição da rede de mentiras bolsonaristas como em 2018, "o registro (da candidatura) será cassado e as pessoas que assim fizerem irão para a cadeia". Será?

Pingos nos is. O relatório de Denisse Ribeiro não deixa margem a dúvidas. Recomenda-se a Barroso que o leia

NELSON JR./STF E ROSINEI COUTINHO/STF

Mercador de toga

ENTREVISTA O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, cobra uma investigação sobre a atuação de Moro

Advogado criminalista que calcula ter defendido quatro presidentes da República e 80 governadores, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, foi uma das primeiras vozes a se levantar contra os abusos do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores de Curitiba, ainda no início da Operação Lava Jato. Ligado aos desdobramentos processuais desde o primeiro dia do inquérito, por assumir a defesa do doleiro Alberto Youssef, Kakay sempre denunciou o papel político cumprido por Moro e pela força-tarefa comandada por Deltan Dallagnol.

Moro hoje almeja a Presidência da República e Kakay pede que a conduta do ex-juiz na Lava Jato seja objeto de investigações mais aprofundadas: "O Brasil tem o direito de saber". O advogado questiona quais interesses estiveram e estão por trás do pré-candidato pelo Podemos. "O pré-sal foi liquidado. A interesse de quem?", questiona. Kakay também critica o contrato de trabalho estabelecido entre Moro e a empresa de consultoria norte-americana Alvarez & Marsal, que atua no gerenciamento de verbas oriundas das empresas brasileiras quebradas pela Lava Jato: "Como imaginar um indigente intelectual fazendo um contrato desses?"

A íntegra da entrevista em vídeo, na qual Kakay fala também dos processos contra Jair Bolsonaro e família e da nova composição do STF, está no YouTube de *CartaCapital*.

Na Alvarez & Marsal

O Moro assumiu a capa que secretamente sempre vestiu, a de funcionário de uma empresa americana. Temos de investigar isso. Parece-me que há um claro conflito de interesses, porque este senhor – que atuou não como juiz, mas como um perseguidor – assumiu recentemente que foi o "chefe" da Lava Jato e, ao que tudo indica, cumpria interesses de grupos específicos. Foi contratado pela empresa a 45 mil dólares por mês. Qual a capacidade técnica e intelectual que tem o Moro? Como você pode imaginar um indigente intelectual fazendo um contrato desses, se não for algo que realmente represente algum interesse que nós temos de investigar? O Brasil tem o direito de saber. Eu elogio a postura do Tribunal de Contas da União. Por aqui, o óbvio às vezes tem de ser elogiado.

A serviço dos EUA?

Demorei a afirmar isso porque só gosto de falar do que tenho provas, e não sou leviano como o Moro e o Deltan, que só precisam de impressões e convicções. Mas, a partir do momento em que se avolumou uma série de evidências, isso tem de ser investigado. Em qualquer lugar do mundo, a investigação contra a corrupção se dá enfrentando os diretores e presidentes de empresas. Aqui o Moro deliberadamente quebrou as empresas. Ele enfrentou as empresas brasileiras que atuavam no pré-sal, que seria uma coisa maravilhosa para o Brasil, mas foi liquidado. A interesse de quem?

Partido da Lava Jato

Temos de fazer essa investigação até porque foram disponibilizados, em um primeiro momento, 3 bilhões de reais de um fundo para que o grupo da Lava Jato fizesse a gerência. Felizmente, o ministro Alexandre de Moraes – que cumpre um papel que a História há de reconhecer – impediu o uso disso, senão teríamos certamente o maior partido político do Brasil. Um bando de corruptos com bilhões para poder fazer política. Agora, todos saíram. Ou foram expulsos como aquele Castor de triste memória. É um grupo que, além de ter feito, comprovadamente, a opção por corromper o sistema de Justiça, é ridículo. São fracos intelectualmente, pessoas que nunca leram uma poesia. Eles se julgavam heróis, mas, se tivessem lido Brecht, saberiam que triste é um país que precisa de heróis.

Kakay denuncia os abusos do ex-juiz desde o início da Lava Jato

Prejuízo ao País

O dano que eles trouxeram para o Brasil e a nossa população é muito grande e precisamos fazer o real enfrentamento disso. Eles dizem que devolveram aos cofres públicos 14 bilhões de reais dos acordos de leniência, mas há estudos que mostram que só o prejuízo

"Moro corrompeu o sistema de Justiça"

LULA MARQUES/PT NA CÂMARA E DIEGO BRESANI

em relação à Lava Jato foi de 172 bilhões. Isso, sem falar do que ocorreu no Brasil pós-operação. Temos hoje um gigantesco contingente de desempregados. O setor de petróleo foi liquidado. Isso foi à toa ou havia o interesse de outras empresas?

Processo contra Moro

Moro foi julgado pelo Supremo como um juiz que corrompeu o sistema de Justiça. O STF considerou-o parcial e incompetente, tecnicamente falando. Não há nada mais grave do que um juiz ser parcial. Imagina se o teu time vai jogar a final do campeonato de futebol e na noite anterior você descobre mensagens do árbitro para o técnico do outro time, dizendo: "Pode cair na área que dou pênalti". Foi isso o que o Moro fez na Lava Jato. Não há dúvida de que este cidadão tem de sofrer uma investigação séria. Não se pode ter uma decisão do STF dizendo que ele mercadejou a toga e corrompeu o sistema de Justiça e não ter punição.

"O pré-sal foi liquidado. A interesse de quem?", indaga o criminalista

Objetivos políticos

Moro tem o direito de ter um objetivo político, só que não pode fazer isso instrumentalizando o Poder Judiciário e o Ministério Público. O que ele fez é criminoso. Chegou ao ponto de mandar prender o principal opositor desse fascista que hoje é o presidente do Brasil. Ainda com a toga nos ombros, aceitou ser ministro de Bolsonaro. Por muito menos, Moro prendeu numerosas pessoas na Operação Lava Jato. Se ele tivesse coerência, teria de determinar a prisão de si próprio. Aceitar ser ministro de um governo do qual você foi o principal cabo eleitoral é um caso clássico de corrupção. O Ministério da Justiça foi uma contrapartida. Moro mercadejou a toga.

Perfil do ex-juiz

Como advogado eu conheço o Moro desde a época da Operação Sundown e já estranhava seus métodos, mas não vislumbrava até então essa orientação política que ele tem. Logo no início da Lava Jato ficou claro para mim que ele coordenava a operação e os procuradores com um objetivo político. Corri o Brasil durante anos denunciando-o em uma época em que ele era um semideus. Ali, eu vislumbrava o que está acontecendo agora. O Moro é um indigente intelectual. Ele nunca pretendeu ser ministro do Supremo porque sabe que não tem condições para isso. Ele jamais sentaria em um plenário para discutir com Lewandowski ou Mendes. •

– A Maurício Thuswohl

GUILHERME BOULOS

Moïse e o *homo sacer*

▶ Negros e pobres no Brasil vivem sem direitos civis e sem qualquer proteção legal, expostos à barbárie consentida

O assassinato do imigrante congolês Moïse Kabagambe foi um dos episódios mais bárbaros deste Brasil que vive tempos de muita violência. Ele foi cobrar o pagamento de seu salário aos donos de um quiosque na Barra da Tijuca. Como resposta, teve as mãos e os pés amarrados e foi espancado por 15 minutos até a morte. Seu corpo foi jogado numa rua. E a vida seguiu. Somente uma semana depois o crime veio a público, o que levou a polícia do Rio de Janeiro a procurar os responsáveis, identificados, aliás, por uma câmera de vigilância.

Fico imaginando se a atrocidade fosse cometida contra um brasileiro branco e rico. Ou contra um imigrante norte-americano ou europeu. O Brasil teria entrado em polvorosa e a cena estamparia a capa de todos os jornais e tomaria horas nos telejornais. Haveria caminhadas no Leblon e na Avenida Paulista, com todos vestidos de branco, a pedir paz e leis mais duras contra o crime.

No Brasil, negros e pobres como Moïse representam a figura do *homo sacer*. Na antiga lei romana, o *homo sacer* era o cidadão sem direitos civis, sem qualquer proteção legal e que poderia ser morto a qualquer momento, impunemente. O filósofo Giorgio Agamben retomou o conceito romano para tratar de um regime de anomia, onde o estado de exceção torna-se regra. Ainda que fora das previsões jurídicas, nossas sociedades mantêm o *homo sacer*. Nos países do Norte, são os imigrantes que podem morrer afogados no Mediterrâneo, sem direito a socorro, ou serem enjaulados no Texas. Aqui, são negros e pobres, moradores de periferias, muitas vezes exterminados pelas próprias forças de segurança do Estado. Os casos são muitos e conhecidos. O sociólogo Jessé Souza utilizou o conceito de subcidadania para descrever os nossos *homines sacer*, remetendo às raízes escravocratas. Cidadãos têm direitos perante a lei, subcidadãos estão expostos à barbárie consentida.

O caso de Moïse, além da enorme crueldade e desumanização, traz também outra particularidade, notadamente carioca: o poder soberano das milícias. Ao que tudo indica, o crime foi cometido por milicianos, que comandam a Zona Oeste do Rio. O livro *A República das Milícias*, de Bruno Paes Manso, revela com detalhes como esse poder armado se instalou aos poucos nas comunidades fluminenses, inicialmente como organizadores de territórios abandonados pelo Poder Público, imbricados com associações de moradores, oferecendo "segurança" em troca de uma taxa. A taxa paga por comerciantes sempre foi maior que aquela dos simples moradores, mas trazia a garantia de atuação em defesa dos estabelecimentos. Daí à barbárie contra o congolês é apenas um passo.

As milícias tornaram-se, ao longo do tempo, negócios extremamente lucrativos. O monopólio da venda de botijões de gás, de serviços de internet e tevê a cabo, das linhas de transporte alternativo, chegando à especulação imobiliária e à construção civil informal nos bairros. Seu grande trunfo sempre foi a proteção policial, pois a maioria dos milicianos é formada por ex-policiais ou mesmo policiais da ativa. Isso garante a impunidade, já que os criminosos estão também do lado do balcão que deveria investigar os crimes.

O salto maior foi, no entanto, sua entrada na política. A proteção deixou de vir apenas de batalhões e delegacias e passou a ser garantida em Câmaras Municipais, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Desde 2018, também está simbolicamente assegurada no Palácio do Planalto. Paes Manso mostra a relação umbilical entre as milícias, representadas por figuras como Queiroz e Adriano Nóbrega, e a família Bolsonaro. Se já se sentiam com salvo-conduto pela proteção policial, imaginem como se sentem com a proteção presidencial.

Por isso, o assassinato de Moïse é um símbolo acabado do Brasil bolsonarista. Discurso de ódio e estímulo à violência vindos de um presidente com histórico miliciano leva o famoso guarda da esquina a expressar sua pulsão de morte a céu aberto. Quem amarrou e torturou Moïse deve ser julgado e punido, mas é preciso dizer que quem autoriza diariamente crimes dessa natureza – no Palácio ou nos tribunais – e quem consente e reproduz a lógica do *homo sacer* brasileiro também tem sangue nas mãos. Enquanto a sociedade brasileira não tratar casos como este com a mesma régua que usa para crimes contra homens brancos e ricos, não teremos de fato uma democracia. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ALDO FORNAZIERI

Lula, o decisor

▶ Mesmo não sendo um líder autocrata, cabe a ele definir os rumos do PT e de seu governo em última instância

Lula exerce atividades de liderança há mais de 50 anos e, mesmo assim, muitos indivíduos informados no meio político, econômico e social alimentam dúvidas acerca do tipo de líder que ele é ou do tipo de liderança que ele exerce. Isso é natural, pois o tema da liderança é complexo, demanda muita pesquisa e análise para a sua compreensão. Vão aqui algumas pinceladas.

A liderança política implica tipos singulares de atividades e relações referidas ao exercício do poder dentro de um grupo e/ou instituição que implicam capacidade de dirigir/orientar de forma determinante o rumo das escolhas e dos acontecimentos a partir de um sentido estratégico. As ações e relações do líder estão implicadas também na aceitação de sua legitimidade por parte dos liderados. Um dos aspectos centrais da liderança diz respeito ao momento da decisão. Por isso, o líder ocupa a posição central de poder no grupo ou na instituição.

Embora a liderança política agregue uma série de atributos e outras atividades, não se confunde com estes. Por exemplo, liderar não se reduz simplesmente a influenciar ou ter prestígio. Um *influencer* digital ou um desportista não são líderes. A liderança depende ainda do contexto e das circunstâncias. Um líder político, normalmente, não é um líder religioso. E o tipo de liderança que um líder político exerce no partido pode ser diferente, em certos aspectos, do tipo de liderança que exerce no Estado.

Feitas essas ressalvas, analise-se, brevemente, o caso de Lula. Tanto pela liderança que cultivou no movimento sindical quanto a que exerceu e exerce no PT, Lula pode ser imputado como sendo um líder fundador, nos termos da teoria clássica. Ou, por conceitos da teoria moderna, ele é um tipo de líder inovador e promotor.

Fundador e inovador, porque Lula desempenhou papel decisivo e único na refundação do movimento sindical (incluindo a CUT) no contexto do fim da ditadura e na criação do PT, uma inovação na história dos partidos políticos no Brasil. Por isso e pelo papel que desempenhou na fundação da legenda, atribui-se a Lula, implícita ou explicitamente, no âmbito desse grupo, um ato de criação demiúrgica. Lula deu forma a uma ideia ou a uma matéria que não tinha ordem. Foi o artesão divino do partido.

Em todos os tempos, os fundadores, ou criadores divinos, mesmo que não tenham sido líderes absolutistas ou autocratas, mesmo que tenham exercido sua liderança pela persuasão e não pela coerção, tiveram a prerrogativa de decidir em última instância. Isto ocorreu até mesmo depois que o grupo se institucionalizou, se burocratizou e se oligarquizou.

É esta posição de poder que Lula tem em relação ao PT: a de decidir, em última instância, em caso de controvérsias muito relevantes e de definições estratégicas. O PT aceita como legítima essa posição de poder por ser Lula um demiurgo para o partido. Assim, em caso de controvérsia, Lula decidirá quem será o seu vice. Se Lula for eleito presidente, em caso de controvérsias estratégicas dentro do governo ou dentro do partido em relação ao governo, será Lula quem decidirá, e não a direção do partido.

Esta posição privilegiada e legítima de poder que Lula detém em relação ao PT deveria desfazer uma disjuntiva criada por setores da sociedade e do mercado: a da aceitação de Lula e rejeição do PT. É claro que há diferenças significativas, mas o PT não tem a prerrogativa de decidir em última instância em controvérsias significativas e estratégicas, neste caso, em relação a um governo presidido por Lula. Nesses casos, o criador é maior que a criatura.

Em relação ao tipo de líder promotor, apenas para pontuar, Lula é um líder que se fez a si mesmo, na sua experiência, na sua relação com os contextos em que viveu e interagiu e na consistência e capacidade de suas iniciativas para manter-se líder no partido e no âmbito político do País.

Em relação ao Estado, a liderança de Lula como presidente foi a de tipo de autoridade racional, baseada no estatuto legalitário ou constitucional. Nas suas iniciativas governamentais, mesmo no campo social, e nas suas relações institucionais e com outros poderes, Lula agiu dentro dos limites preestabelecidos pelas normas e pelas leis. Mas um líder racional pode desempenhar de forma parcial e significativa o papel de reformador e refundador.

Embora traços de personalidade possam influenciar o tipo de liderança, Maquiavel mostrou que o líder virtuoso deve considerar sempre as circunstâncias e os contextos da ação. Assim, é desejável que Lula, num possível terceiro mandato, assuma mais o papel de um demiurgo inovador em relação às necessárias reformas estruturais do Estado. Reformas que removam os mecanismos da iniquidade que sacramentam as desigualdades no Brasil. O próprio Lula tem dito que o Lula 3 terá de ser diferente dos Lulas 1 e 2. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Recompensa por seguir a ciência

PANDEMIA A região Nordeste rejeitou o negacionismo e ostenta as menores taxas de contágio e óbitos por Covid do Brasil

POR FABÍOLA MENDONÇA

Com cerca de 60 milhões de habitantes, o Nordeste é a região com o menor número de infecções e óbitos por Covid-19 do País. Na quarta-feira 2, quando o acumulado nacional registrava 628 mil mortes e 25,6 milhões de casos em quase dois anos de pandemia, o Nordeste atingia a casa de 121.876 mortos e 5,4 milhões de pessoas infectadas pelo Coronavírus, o que significa menos de 20% da estatística nacional, bem abaixo dos 27,5% que os nordestinos representam da população total do Brasil. Em outra comparação, é possível afirmar que o País se aproxima de 295 óbitos por 100 mil habitantes, enquanto, no Nordeste, esse cálculo gira em torno de 200 mortes.

Segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, a situação mais crítica é a do Centro-Oeste, que lidera o número de mortes por 100 mil habitantes e disputa com o Sul a maior quantidade de infectados. O Sul e o Sudeste brigam pela segunda colocação entre os óbitos e o Norte e o Sudeste estão com dados semelhantes em relação ao número de infectados.

Se, proporcionalmente, o Nordeste apresenta os melhores resultados no acumulado, esse quadro nem sempre foi assim. Em março de 2020, os estados nordestinos disputavam com o Norte os piores índices e somavam 35% dos casos e óbitos do País. Essa situação só começou a mudar em junho daquele ano, quando os governadores dos nove estados passaram a atuar em bloco, alinhados com o Consórcio Nordeste, e começaram a colher os frutos das medidas adotadas para o enfrentamento não só à pandemia, mas também ao negacionismo do governo federal.

"No Brasil houve uma absoluta falta de coordenação, dizia-se que a doença não era grave, que era um resfriadinho. Depois, Jair Bolsonaro foi contra o uso de máscaras e o isolamento social. Então, os governadores do Nordeste criaram o Comitê Científico, que passou a emitir boletins com recomendações. E, de maneira geral, os governantes têm seguido a nossa orientação", explica Sérgio Rezende, coordenador do Comitê Científico do Consórcio Nordeste, a apontar dois motivos que contribuem para a região ter um resultado melhor: "Em todo o Nordeste, o presidente foi derrotado nas eleições de 2018, ele tem menos seguidores para suas macabras recomendações".

> "Aqui, Bolsonaro tem menos seguidores para suas macabras recomendações", celebra Sérgio Rezende

Primeiro presidente do Consórcio, o governador da Bahia, Rui Costa, diz que a maior dificuldade no início da pandemia foi a inexistência de uma coordenação nacional. "Em muitos momentos, o governo federal se omitiu, foi contra as medidas que nós, governadores, adotamos. Além de não ajudar, atrapalhou muito. Diante disso, houve uma união maior e a cooperação entre os estados", lembra. "O governo central jogou contra os estados e municípios. Se o Brasil tivesse seguido o exemplo do Nordeste, mais de 250 mil brasileiros estariam vivos", completa o governador do Piauí , Wellington Dias.

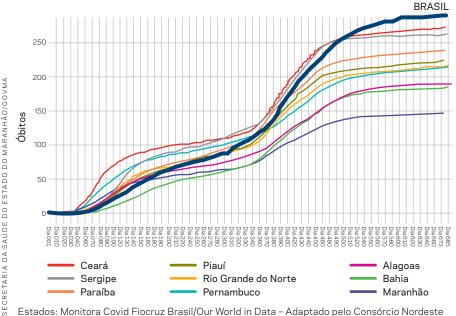
Dos nove estados nordestinos, o Maranhão é o que apresenta os melhores porcentuais. A situação mais favorável dos maranhenses não é por acaso. O governador Flávio Dino foi o primeiro a decretar *lockdown* no País, em maio de 2020, e a criar seu próprio comitê científico, o que ajudou o governo a se antecipar e construir hospitais específicos para atender pacientes de Covid. "Quando voltei da primeira reunião com o Ministério da Saúde para discutir a pandemia, disse ao governador que não teríamos ajuda do governo federal", relembra Carlos Lula, secretário de Saúde do Maranhão e presidente do Conass. Outra estratégia adotada pelo governo maranhense foi investir na assistência de saúde dos municípios, comunidades indígenas e quilombolas, para não sobrecarregar o sistema de saúde da capital.

Com 388 mil pessoas infectadas pelo Coronavírus, 10.495 óbitos e uma população aproximada de 7 milhões de pessoas, o Maranhão tem menos de 150 mortes por 100 mil habitantes, abaixo da Bahia e Alagoas, que também não chegam a 200 mortes por 100 mil habitantes. Apenas Sergipe e Ceará ultrapassam o acumulado de

O Maranhão investiu na assistência das comunidades indígenas

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO/GOVMA

O EXEMPLO NORDESTINO

Os óbitos por 100 mil habitantes ficaram muito abaixo do acumulado nacional

Estados: Monitora Covid Fiocruz Brasil/Our World in Data – Adaptado pelo Consórcio Nordeste

250 óbitos por 100 mil habitantes, mesmo assim se mantêm abaixo dos dados nacionais. Para Rezende, o motivo que levou o Ceará a ter o pior desempenho da região foi o enorme contingente populacional do Estado, associado à desigualdade social.

Segundo o governo cearense, também contribuiu o fato de o estado ser um dos destinos mais procurados da região por turistas internacionais. "Antes mesmo da confirmação do seu primeiro caso, o governo buscou o cancelamento temporário das rotas internacionais, mas não foi atendido pelos órgãos federais", justifica nota do Executivo cearense.

A curva de casos e óbitos no Nordeste começou a cair em junho de 2020 e, em outubro, só ficava acima do Sul. No início de 2021, a região assumiu o posto de melhores índices de óbitos e casos, situação que se manteve durante todo o ano passado e permanece ainda hoje. Esse resultado pode, porém, ser ameaçado pelo aumento do contágio nas aglomerações de grandes eventos que têm acontecido na região e com o grande número de turistas que circulam neste período de sol e praia.

Seguindo a tendência de quase todo o Brasil, os nove estados nordestinos começam a apresentar alta no número de casos de Covid e a rede de saúde dá sinais de colapso. "A disseminação do vírus no País tem sido como as anteriores: inicia-se pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e amplia-se para o Nordeste e o Norte do País. O mesmo acontece no caminho capital-interior dos estados, pelo fluxo viário", observa Bernadete Antunes, professora de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco.

Preocupado com o avanço da Ômicron, o Comitê Científico do Consórcio Nordeste emitiu, na terça 1º, um boletim recomendando o cancelamento do feriado de Carnaval e a proibição das festas. E sugeriu aos estados um reforço na vacinação.

FLÁVIO DINO

Momento de convergência

▶ O melhor formato institucional para a unidade do campo de esquerda é a Federação Partidária

O Brasil chega ao bicentenário de sua Independência buscando olhar para um futuro que supere seus problemas do passado, sob o peso de um presente marcado por tragédias. Ao longo desses 200 anos, o País teve de lutar contra vários traumas que até hoje o assombram. Cito apenas dois deles, por mais estruturantes: a escravidão, que deixou um brutal legado de desigualdade social, e a falta de democracia, que ceifou dos brasileiros, desde o nascimento da nação, a cultura de participação na vida política. Nossas elites se acostumaram a achar que podem decidir tudo por cima, mantendo e ampliando suas benesses, sem consultas ao povo.

Ao longo dos percalços da vida nacional, o que sempre impulsionou o Brasil a buscar superar seus males foi a formação de frentes políticas amplas, capazes de quebrar a força de grupos poderosos. Foi assim na luta pela abolição da escravatura, no século XIX, e na superação da ditadura, no século XX. É também o que vem permitindo ao Brasil resistir aos golpes ocorridos no passado recente. Basta olhar para os últimos cinco anos e ver a quantidade de reveses significativos que ficarão marcados na história do País. Uma suposta cruzada contra a corrupção que prejudicou a exploração do pré-sal por parte da Petrobras e levou à desastrosa política de paridade internacional de preços dos combustíveis; um golpe inconstitucional contra uma presidente democraticamente eleita e uma farsa que conduziu um despreparado à Presidência. Em um curto espaço de tempo, esses episódios destruíram conquistas de décadas, como o domínio sobre os recursos do petróleo, os direitos dos trabalhadores e as liberdades políticas.

A democracia do Brasil sobreviveu a esses episódios porque contou com proteção ampla. Hoje, a oposição ao desgoverno Bolsonaro não se restringe às legendas de esquerda, uma vez que muitos atores políticos e sociais atualizaram suas posições. Gente que pode não concordar com todos os posicionamentos de uma ou outra liderança de esquerda, mas entende que o Brasil não pode mais ficar nesta situação. É essencial que essa amplitude atingida na oposição ao bolsonarismo seja mantida. Quando não a alcançamos, foi justamente quando sofremos nossas maiores derrotas.

A amplitude tem de ser mantida ao longo deste ano, para conduzir a uma vitória eleitoral que interrompa o projeto de destruição nacional em curso e que dê estabilidade política a um governo amplo que terá de se formar. Dentro do campo da esquerda, essa unidade deve ser sólida e exemplar. Qualquer processo de transformação só se sustenta com um núcleo organizativo coeso, que se mantém unido.

Hoje, o melhor formato institucional para essa unidade é a Federação Partidária. Ela garante a manutenção da identidade histórica de cada partido, mas conduz à atuação em conjunto das legendas por quatro anos, reduzindo a instabilidade típica de meras coligações. As alianças que, por vezes, visavam só o período eleitoral e acabavam antes da posse, transformam-se agora em união por um período de quatro anos.

Ademais, é exigido pela lei um programa comum a todos os partidos da federação, sendo, portanto, imprescindível uma convergência de ideias e propostas, o que fortalecerá os liames entre as bases partidárias. E haverá direções unificadas desde os municípios até o nível federal, o que exigirá constantes diálogos e pactuações. Para além do campo da esquerda, ressalte-se que as federações partidárias vão reduzir a fragmentação política no Congresso Nacional, o que é desejável, mas sem um "partidicídio" autoritário. Um país complexo e vasto como o Brasil não cabe no bipartidarismo imposto, como houve durante a ditadura e fracassou.

Temos exemplos interessantes em países que tiveram de se reconstruir, como o Uruguai e a África do Sul. Nos dois houve arranjos partidários amplos para superar regimes de exceção e dar estabilidade às mudanças necessárias. No Uruguai, a Frente Ampla retomou a legalidade plena após o fim da ditadura naquela nação e governou por 15 anos. Na África do Sul, o Congresso Nacional Africano foi outro partido que, em décadas, tornou-se abrigo de diferentes forças políticas na luta contra o *apartheid*. Quando chegou ao poder, com Nelson Mandela, aplicou uma política ampla de alianças. Ambos os constructos institucionais deram estabilidade social aos governos para que implementassem políticas que permitiram aos países voltar a respirar os ares da democracia.

Todos os argumentos que cito aqui sobre a necessidade de construção de uma Frente Ampla são lastreados na racionalidade. Tratam da eficiência política para realizar as mudanças que o País precisa. Mas partem também de sentimentos profundos que nos guiam: o amor pelo Brasil e o respeito aos cidadãos e cidadãs detentores de direitos. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

PEDRO SERRANO

A raiz da corrupção

▶ Para além dos escândalos noticiados pela mídia, a sociedade precisa falar das práticas legalizadas de apropriação do patrimônio público pelo capital privado

O tema da corrupção e de seu suposto combate volta à pauta com intensidade de tempos em tempos e deverá ser recorrente neste ano eleitoral. Ainda que debater a corrupção seja de extrema importância, é essencial que façamos, enquanto sociedade, uma discussão atualizada e realista de suas implicações e que saibamos identificar onde ela de fato reside.

Antes, é preciso dizer que a corrupção é um fenômeno milenarmente presente na vida social. Surge com o sentido atual que conhecemos, de apropriação privada de patrimônio público, a partir da modernidade, quando o patrimônio do soberano, que se confundia com o Estado, deixa de existir, e o patrimônio do Estado passa a ser visto como propriedade pública.

No campo teórico, a corrupção não é só um conceito jurídico e penal, mas também uma ideia que pertence ao âmbito filosófico-político e de Justiça. Trata-se de uma iniquidade no plano moral e político porque destrói a capacidade de investimento no serviço público. Na atualidade, o enfrentamento à corrupção é quase sempre associado à ideia de combate, e não de controle. A suposta guerra contra a corrupção é meramente retórica, pois o Estado não pode entrar em guerra contra seus próprios cidadãos.

A história mostra que as tentativas de controle da corrupção por parte do Estado, valendo-se de seus aparelhos de investigação, capturam hoje a corrupção de ontem. Os grandes agentes de corrupção sistêmica são pegos quando não têm mais força relevante nos sistemas político e econômico. A Lava Jato, que levou essa ideia de combate à corrupção ao ápice, com todos os seus abusos, fisgou corrupções praticadas por empreiteiros num momento em que estes não tinham mais tanto relevo na economia e na política.

Pouco se fala, mas a principal fonte das práticas corruptas hoje, no mundo inteiro, é o mercado financeiro. A corrupção, não no sentido jurídico-penal, mas como iniquidade moral, espraia-se por esse ambiente de formas menos evidentes do que a corrupção da obra superfaturada. No Brasil, se dá através dos ainda escorchantes juros da dívida pública federal, que fechou o ano de 2021 em 5,613 trilhões de reais. A previsão de gastos no orçamento de 2022 é de 4,82 trilhões, dos quais 1,88 trilhão será usado para refinanciamento da dívida.

No começo da pandemia, em 2020, o governo anunciou a liberação de 1,2 trilhão de reais aos bancos, a fim de, supostamente, combater o efeito da crise sobre o sistema financeiro. Isso lhes permitiria financiar pequenos e médios empresários a juros ultrassubsidiados, o que, obviamente, não vimos acontecer.

A prestação de contas dessa quantia astronômica, a representar 20% do PIB, é feita apenas para o Banco Central, uma caixa-preta sem qualquer possibilidade de controle pela sociedade. A prática moralmente corrupta, aceita do chamado *revolving door*, ou porta giratória, coloca na direção de órgãos estatais agentes recém-saídos do setor privado, que ao deixarem seus cargos públicos, retornarão imediatamente ao mercado. Figuras como o ministro da Economia, Paulo Guedes, que era agente do mercado financeiro até ocupar o cargo e que mantém interesses particulares junto a este mesmo mercado.

Até o mundo mineral sabe, como diz o grande Mino Carta, que existem práticas corruptas no cotidiano da relação entre capital financeiro e Estado, como o repasse de informações privilegiadas. Mas não temos nem na Polícia Federal nem no Ministério Público Federal a preocupação de formar núcleos e pessoas que conheçam o mercado financeiro e suas práticas. Aliás, não temos essa estrutura nem em órgãos de controle como o TCU.

Outro ponto importante nesta discussão é o domínio do mercado financeiro sobre a mídia, o que lhe confere um absurdo poder, pois controlam a (ausência de) percepção social sobre essas práticas de que ninguém fala. Não vimos, por exemplo, nenhuma investigação jornalística sobre o destino desses recursos liberados aos bancos no início da pandemia.

A presença dos interesses desses agentes econômicos em todos os ambientes da política contrasta com o enorme silêncio em relação às práticas desse setor, a real fonte de corrupção hoje no Brasil. Para além da discussão dos escândalos noticiados pela mídia, a sociedade precisa falar da corrupção legalizada de apropriação do patrimônio público pelo capital privado.

O debate sobre corrupção não se faz apenas no campo penal, da legalidade, pois é também uma discussão moral. O controle da corrupção no Brasil, sob a forma de suposto "combate", serve apenas a discursos moralistas que obtêm efeitos políticos na disputa de poder. Precisamos atualizar esse debate e colocar na mesa as fontes reais de corrupção do patrimônio público, para que se faça sobre ele um controle sério e efetivo. •

redacao@cartacapital.com.br

O custo do dinheiro está em alta

De pires na mão

FINANCIAMENTO Em um ano de incertezas políticas e econômicas, as empresas precisam ser prudentes na busca por crédito

POR CLEIDE SANCHEZ RODRIGUEZ E WILLIAM SALASAR

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
Comércio. A China ultrapassa o Brasil como maior exportador para a Argentina

Se o financiamento sempre foi um problemaço para as empresas brasileiras, de todos os portes, pior ainda neste ano em que juros altos, dólar caro, estagflação e eleições impõem cautela nos investimentos, rédea curta nos gastos e muita seletividade por parte dos bancos e outros fornecedores de capital. A Bolsa, que foi uma importante fonte de captação de recursos para as empresas abertas, está menos atrativa, tanto que ao menos 12 IPOs (oferta inicial de ações) previstos para 2022 foram cancelados. Para as grandes companhias fechadas, para as médias empresas e para os pequenos negócios será imperioso rastrear alternativas de empréstimos e financiamentos mais acessíveis, com condições mais favoráveis no cenário de juros altos e em ascensão.

A taxa média de juros bancários encerrou 2021 em 24,4% ao ano, com alta de 6 pontos porcentuais no ano, devido, em primeiro lugar, ao aperto monetário promovido pelo Banco Central de Roberto Campos Neto, que resultou em aumento da taxa básica, a Selic, de 2% ao ano para 10,5%, de março de 2021 até a reunião do Comitê de Política Monetária desta quarta-feira 2. Além disso, houve o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras, que passou 1,5% anuais para 2,04%, no caso das pessoas jurídicas. Não bastasse, a carteira de recursos direcionados e juros subsidiados foi afetada pela redução dos programas públicos de crédito, a tal ponto que fechou o ano com queda de 0,3%, enquanto o total da carteira de Pessoa Jurídica registrou expansão de 11,1% em 2021.

"O cenário de taxa Selic em elevação implica taxas de empréstimo e financiamento mais elevadas e isso exige dos empresários maior cuidado e planejamento na tomada de decisão em relação a esses recursos de terceiros", afirma Giovanni Beviláqua, analista do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). "Não se pode esquecer que todo crédito corresponde a uma dívida, e sendo bem claro: *crédito* é para a instituição financeira. Para o empresário, é dívida que deverá ser paga em algum momento no futuro."

Alberto Ajzental, da FGV: "Tomar dinheiro a esses juros é loucura"

Alberto Ajzental, professor de Desenvolvimento de Negócios da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, reforça que "tomar dinheiro a esses juros é loucura". Principalmente para os microempreendedores a quem ensina Finanças na comunidade de Paraisópolis, em um programa apoiado pela Central Única das Favelas. "Tomar dinheiro só em último caso e somente tomar um novo empréstimo se for para trocar uma taxa de juros mais alta por outra mais acessível, por exemplo, descontar duplicatas de vendas efetuadas. A equação básica é só pegar dinheiro no banco porque seu negócio dá mais retorno do que o que vai ter de pagar ao banco."

Ajzental e Beviláqua insistem que, antes de tudo, o micro e o grande empresário precisam ter clareza a respeito da destinação dos recursos que eventualmente tomarão. Ou seja, aplicar no desenvolvimento da empresa, de forma a buscar o financiamento mais adequado ao desenvolvimento sustentável do seu negócio, planejar seus fluxos de caixa e construir e analisar cenários alternativos para esse futuro, a fim de que possam eleger as melhores decisões em relação ao financiamento. "Se a economia está ruim, os negócios estão difíceis, a

ISAC NÓBREGA/PR E VALÉRIA ALMEIDA

O BC de Campos Neto vai continuar a subir os juros

TAXA MÉDIA DE JUROS, *SPREAD* E CUSTO DE CAPTAÇÃO
Em % aa

Fonte: Bacen

margem está ruim, pegar dinheiro no banco não será para crescer; não é hora", adverte o professor da FGV.

Beviláqua acrescenta que falta aos empreendedores e empresários maior conhecimento sobre as diversas opções de financiamento disponíveis no mercado. "Cerca de 70% de todo o crédito para empresas é fornecido por bancos comerciais, mas existem outros ofertantes de crédito no mercado, com atuação mais focada em pequenos negócios e que têm um grande e consistente crescimento, como cooperativas de crédito e, mais recentemente, *fintechs* como as Sociedades de Crédito Direto", lembra o analista do Sebrae.

Nessa mesma linha, o vice-presidente de Operações da SB Crédito, Duani Reis, ressalta que é fundamental considerar a situação pela qual as empresas passam desde o início de 2020, quando começou a pandemia, com seus negócios impactados seja pela interrupção parcial ou total da atividade. "Muitas empresas não estão em uma situação de caixa pronta para o crescimento. Ao contrário. Houve deterioração nos últimos dois anos e muitas acumularam mais dívidas do que tinham dois anos atrás. É natural que o caixa esteja deficitário", afirma o executivo, que acrescenta a esse cenário a piora dos indicadores econômicos e financeiros. Essa combinação de fatores deve fazer com que o crédito para financiar a operação corrente da empresa seja mais buscado do que foi em 2021 justamente porque as empresas estão menos preparadas para lidar com todas essas variáveis. "A empresa pode não assumir compromissos de longo prazo, mas o dia a dia é necessário", pondera. Como os bancos tradicionais ficarão mais rigorosos na liberação de recursos, por causa, entre outros motivos, do avanço da inadimplência, as linhas de crédito com garantia, que é o seu negócio, serão mais procuradas.

A SB Crédito trabalha basicamente

A queda do consumo durante a pandemia deixou as empresas sem caixa

com antecipação de recebíveis, ou seja, o dinheiro emprestado tem como garantia a receita futura da empresa, como duplicatas a receber, com recursos de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). Isso permite trabalhar com juros mais baixos. Há mais de duas décadas no mercado, a SB Crédito, nos últimos anos, fez pesados investimentos em tecnologia e um dos seus diferenciais é trabalhar com novos modelos de originação de crédito, como plataformas que integram as atividades do dia a dia das próprias empresas. "Estamos cada vez mais dentro da empresa, do *software* da empresa que já utiliza com opção de clique aqui", descreve Reis, segundo quem esse modo de operar ensejou crescimento de 20% da carteira em 2021, comparado a 2020, somando 4,2 bilhões de reais. Para este ano, a estimativa é alcançar 6,2 bilhões de reais, incremento de quase 50%. "Nós nos preparamos para o crescimento independentemente da situação do mercado, com investimentos em inovação e serviços. Acreditamos também que a demanda por capital de giro vai aumentar", assinala Reis, que espera maior procura por crédito da parte do setor de serviços, além da indústria, com a retomada das atividades depois de um longo período de incertezas

A falta de crédito barato estimula o aumento das fusões e aquisições

com a pandemia, graças à segurança decorrente da vacinação.

Leonardo Dell'Oso, sócio da consultoria PwC Brasil, ao olhar os movimentos do topo da cadeia empresarial, ressalta que, além dos instrumentos tradicionais de captação de recursos, as empresas também acabam por recorrer à venda de ativos para fazer caixa, a fim de fugir do alto custo de captação das operações bancárias convencionais, e não querem vender participação societária ou não conseguem acessar o mercado de capitais. Muitas companhias que cresceram na pandemia e engordaram seu caixa aproveitaram para fazer aquisições. No reverso da medalha, quem foi afetado pela crise e precisou de recursos acabou por se desfazer de parte do negócio para o mercado privado em operações de fusões e aquisições. Dados da PwC mostram que o mercado de fusões e aquisições cresceu quase 60% em 2021, fechando o ano com em torno de 1,7 mil operações, ante 1.038 de 2020. "Um recorde", diz Dell'Oso. "O que lidera é a compra de controle das empresas, que cresceu 30%, mas a aquisição de participação minoritária cresceu 70%. Hoje temos visto mais empresas comprando participações minoritárias do que adquirindo controle acionário", afirma. Ou seja, são empresas que precisam de recursos e buscam aporte de capital de sócios.

O consultor não tem dúvidas de que, para 2022, esse movimento deve continuar. Isso porque o mercado tende a se manter instável por causa das eleições e nessas circunstâncias as frequentes oscilações da Bolsa e do câmbio impactam as captações, enquanto o mercado de fusões e aquisições é menos afetado pela instabilidade política e econômica. "Quem compra participação de uma empresa hoje mira os próximos cinco, dez, 15 anos, e não o curto prazo." Os setores mais beneficiados seguem a ser tecnologia, serviços auxiliares (todos aqueles que não são governamentais, consultorias, entregas, logísticas etc.), serviços públicos (água, esgoto, energia elétrica) e comércio varejista.

Outra tendência para este ano é apontada por Beviláqua: o fluxo de investimentos internacionais para *startups*. "Bons negócios são sempre buscados ativamente por investidores, pois, em tese, apresentam retornos muito superiores àqueles de ativos como Títulos do Tesouro norte-americano ou de qualquer outro governo", argumenta o analista do Sebrae. "Essa alta dos juros nos Estados Unidos pode levar os investidores internacionais somente a serem mais seletivos em relação a quais negócios vão investir, mas o Brasil é um país empreendedor, com negócios importantes e promissores desenvolvidos a todo momento." •

ARQUIVO PESSOAL E ISTOCKPHOTO

Ajzental, da FGV, prega cautela. Reis, da SB, oferece alternativas

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Contas públicas, cadê o drama?

▶ Há muito exagero no que se diz sobre risco fiscal

Pergunte, leitor, a economistas ligados ao mercado qual o principal problema macroeconômico brasileiro. Nove em dez responderão, acredito, que é o "risco fiscal", isto é, a situação problemática, alguns dirão calamitosa, das contas públicas.

Tem cabimento? Bem, há alguma verdade nisso. As dificuldades fiscais são inegáveis. Mas será a questão das contas públicas realmente o principal problema? Cabe falar em situação calamitosa?

Acabam de ser divulgados os dados das contas governamentais para o ano de 2021. Vale a pena examiná-los e confrontá-los com a retórica que domina as avaliações da mídia e dos economistas do mercado financeiro.

Primeiro ponto que chama atenção: o resultado primário do setor público no seu conjunto (três esferas de governo mais estatais) apresentou notável melhora em 2021. Em 2020, ano inicial da pandemia, o déficit primário atingiu a marca de 9,41% do PIB, número excepcionalmente elevado, que refletiu as medidas relacionadas à pandemia e a recessão que atingiu a economia brasileira naquele ano. Em 2021, porém, o setor público registrou superávit primário de 0,75% do PIB, uma melhora de mais de 10 pontos porcentuais do PIB em apenas um ano. Nada mal para quem está em situação "dramática" ou "calamitosa". O resultado reflete, evidentemente, a diminuição dos gastos com a pandemia. Houve, além disso, medidas de contenção nem sempre sustentáveis e positivas (compressão exagerada do investimento público, por exemplo). E a melhora das contas primárias reflete, também, o efeito da recuperação do nível da atividade sobre a arrecadação, que cresceu de maneira acentuada em termos reais.

A despesa líquida de juros do setor público subiu de 4,18% do PIB em 2020 para 5,17% em 2021. O déficit total (déficit primário mais despesa de juros) caiu, assim, de 13,59% do PIB em 2020 para 4,42% do PIB em 2021. Note-se que a despesa de juros e, portanto, o déficit total, calculados em termos nominais, incluem um componente inflacionário ou de correção monetária. Esse componente foi significativo em um ano como 2021, que registrou inflação acima de 10% medida pelo IPCA. Assim, um déficit total de 4,42% do PIB não deve ser considerado muito preocupante.

Outra forma de chegar a essa conclusão é observar a trajetória da dívida pública como porcentagem do PIB. Em termos líquidos, isto é, deduzidos os ativos do setor público, a dívida caiu de 62,5% do PIB em dezembro de 2020 para 57,3% do PIB em dezembro de 2021.

Os economistas do mercado financeiro preferem focar na dívida bruta, sem levar em conta os ativos (principalmente as reservas internacionais) de que dispõe o setor público. Não é o mais correto, no meu entender. De qualquer maneira, a evolução desse indicador também foi favorável. A dívida bruta do governo geral (governo federal, INSS, governos estaduais e municipais) caiu de 88,6% do PIB em dezembro de 2020 para 80,3% em dezembro de 2021. Recorde-se que houve quem projetasse a dívida bruta subindo para 100% do PIB.

Onde está o drama então? Talvez nas expectativas para o ano eleitoral de 2022? Teme-se, com certa razão, que o governo Bolsonaro promova grande estrago nas contas públicas em sua luta desesperada pela reeleição. Pode ser que aconteça. Note-se, entretanto, que as projeções do mercado, coletadas semanalmente pelo Banco Central, ainda não apostam nesse cenário. A mediana das projeções indica um déficit primário de 1% do PIB para o setor público consolidado em 2022. O déficit nominal sobe para 8,2% do PIB, em razão da alta das taxas de juro promovida pelo Banco Central. Projeta-se que a dívida líquida suba para 62,4% do PIB, voltando ao nível de 2020. Evolução desfavorável, mas que não chega a ser alarmante.

A verdade é que há muito exagero no que se afirma sobre risco fiscal. Não se pode descuidar das contas públicas, claro. Mas nada sugere que o governo que começará em 2023, possivelmente um novo governo Lula, tenha de fazer um ajustamento fiscal dramático. Ao contrário, com a economia estagnada ou em recessão, o mais razoável é que o novo governo promova alguma expansão fiscal para colocar a economia em movimento.

Na realidade, leitor, o principal problema macroeconômico não está nas contas públicas, mas na fraqueza da atividade econômica. Com a economia atrofiada, não há como diminuir o elevado desemprego, o subemprego e a pobreza. Colocar a economia em movimento, por meio da política fiscal, contribuirá para aumentar as oportunidades de trabalho e induzirá o aumento da arrecadação, facilitando o controle das contas públicas. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

A corrupção da magistratura*

▶ "Bons meninos" exibem retidão moral para praticar brutalidades em nome da Justiça

Diz o Poder360: "Moro afirmou na sexta-feira 28 de janeiro que recebeu 45 mil dólares mensais (240 mil reais) durante o período em que trabalhou para a empresa Alvarez & Marsal ao longo de 2020 e 2021. O ex-juiz atuou na área de adequação de clientes a normas legais e éticas, também chamada de *compliance*, depois de deixar o Ministério da Justiça do governo Bolsonaro".

Em suas manifestações públicas, entrevistas e conexos, Sergio Moro exibe precariedade cultural aguda e, ainda mais grave, revela assustadora incompreensão da função pública que ocupou até ceder à tentação de chefiar a pasta da Justiça no governo Bolsonaro.

Vou recorrer a Max Weber para avaliar as peripécias de Moro. Devo advertir o ex-juiz e seu Sexta-Feira, Kim Kataguiri, que não se trata de um centroavante desfilando nos campos da Alemanha, mas do sociólogo preferido do ex-presidente FHC.

Weber sabia que o sistema social e as formas políticas construídas pela "sociedade burguesa" seriam destroçados por tensões insuportáveis, na ausência de uma burocracia pública cujos valores maiores fossem a honra, a dignidade, o *status*, o sentido de dever para com a comunidade. Weber falava, particularmente, das burocracias envolvidas na prestação jurisdicional e suas prerrogativas de independência funcional, irredutibilidade dos vencimentos, vitaliciedade (que poderia ser suspensa no caso de falta grave) e direito a uma aposentadoria especial.

Essas prerrogativas não concedem um privilégio à pessoa do juiz, mas, sim, pretendem dar ao cidadão a certeza de que será julgado por um magistrado capaz de resistir aos poderes econômico e político, aos arreganhos das burocracias autoritárias ou às tentativas midiáticas de atemorizar e de influenciar a prestação jurisdicional. Tais cuidados partem do princípio de que os conflitos de interesse, algumas vezes entre iguais e outras opondo desiguais do ponto de vista social e econômico – mas sempre iguais como sujeitos de direitos individuais –, são constitutivos da sociedade moderna e só podem ser resolvidos pacificamente pelo direito e por seus intérpretes legítimos.

O juiz só serve ao "povo" enquanto intérprete da lei e servo da hierarquia do sistema de prestação jurisdicional. A incompreensão dos fundamentos de suas funções e prerrogativas por parte dos funcionários do Estado escancara as portas para a horda de beleguins que pretende violar as garantias individuais para promover suas ambições de fama e dinheiro.

Imaginei – santa ingenuidade – que as batalhas do século XX, além do avanço dos direitos sociais e econômicos, tivessem, finalmente, estendido os direitos civis e políticos, conquistas das "democracias burguesas", a todos os cidadãos. Mas, talvez estejamos em uma empreitada verdadeiramente subversiva, ainda que não revolucionária: a construção da República dos Hipócritas. Uma novidade política engendrada nos porões da inventividade contemporânea, regime em que as garantias republicanas recuam diante dos esgares da máquina movida pela "tirania da grana e do poder". Um sistema em que "bons meninos" exibem sua retidão moral para praticar brutalidades em nome da Justiça. O direito e a eticidade do Estado desaparecem no buraco negro do oportunismo particularista e exibicionista.

Há tempos escrevi em minha coluna em *CartaCapital*: o juiz Sergio Moro e o *parquet* de Curitiba não se cansaram de afirmar e reafirmar publicamente seu empenho em entabular relações promíscuas com a mídia, a grande, a pequena e a desprezível, no propósito de convocar a "opinião pública" à cruzada anticorrupção. Não revelo um segredo: as redes sociais estão inundadas de manifestações dos procuradores.

As manifestações dos funcionários da Justiça nas chamadas redes sociais contradizem os princípios da equidade, publicidade e impessoalidade. Salvo nos toscos arraiais anti-iluministas, há razoável consenso a respeito desses princípios. Eles devem governar as ações e decisões de funcionários do Estado encarregados de zelar pela incolumidade da ordem jurídica.

Vamos começar pelo começo: ao prestar concurso para carreiras de Estado que conferem a prerrogativa de acusar e julgar, os candidatos deveriam estar cientes da natureza e das implicações de suas funções. São carreiras fundamentais para a sustentação do Estado Democrático de Direito. Por isso, o exercício dessas nobres funções impõe a seus titulares regras de comportamento mais estritas que aquelas impostas aos cidadãos acusados ou julgados por eles.

As garantias da publicidade do procedimento legal são, na verdade, uma defesa do cidadão acusado – e ainda inocente – contra os arcanos do poder. Pois essas conquistas da modernidade, das quais não se pode abrir mão, têm sido pisoteadas por quem deveria defendê-las. •

redacao@cartacapital.com.br

**O artigo reproduz trechos de colunas já publicadas em* CartaCapital.

BAPTISTÃO

A grama do vizinho

COMÉRCIO A China substitui o Brasil como maior exportador para a Argentina e expõe os erros da nossa política

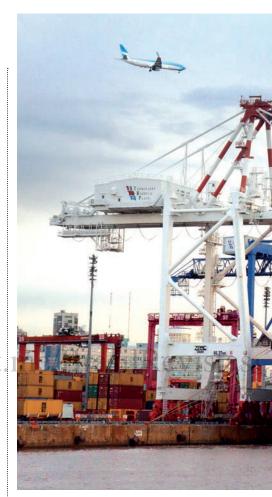
POR CARLOS DRUMMOND

A perda inédita, no ano passado, da posição do Brasil como maior exportador para a Argentina, lugar que passou a ser ocupado pela China, expõe bem mais do que uma alteração episódica e restrita à esfera comercial. A confluência de ataques constantes, até pouco tempo, do governo brasileiro ao seu maior parceiro comercial, a gestão incompetente da economia, o desestímulo sistemático ao setor industrial, combinados à concessão de inúmeros benefícios e privilégios ao agronegócio, agora parecem cobrar um preço.

Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Censos, Indec, órgão do ministério da Economia argentino equivalente ao nosso IBGE, a participação estimada das importações originadas na China, no total das compras externas do país em 2021, equivale a 21,4% do total de 63,2 bilhões de dólares, enquanto a aquisição de produtos e serviços brasileiros ficou em 19,7%.

De acordo com o estudo "Integração Econômica Bilateral Argentina-Brasil: Reconstruindo Pontes", elaborado pelo técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Pedro Silva Barros e outros autores, as mudanças na economia mundial desencadeadas pela ascensão chinesa reduziram os ganhos econômicos gerados para o Brasil pelas relações com a Argentina e pela participação no Mercosul. O Uruguai discute no momento a possibilidade de um tratado de livre-comércio com a China à revelia do bloco e, mais que nunca, "as relações entre o Brasil e a Argentina precisam ser novamente reconstruídas e renovadas para responder aos novos desafios colocados". Brasil e Argentina, diz o estudo, estão destinados à convivência e a compartilharem problemas e soluções, consequentemente, a opção pela cooperação é a alternativa mais promissora para responder a esses desafios comuns.

Em declínio nas pesquisas eleitorais, o governo ignora os avanços da China na economia local, entre eles a confirmação, pela montadora chinesa Great Wall, de um investimento de 10 bilhões de reais no Brasil para a produção de veículos híbridos ou totalmente elétricos. Trata-se de uma oportunidade aberta, em parte, pelos descalabros da gestão econômica que pa-

A mudança coincide com a notória hostilidade do governo Bolsonaro ao Mercosul

Encalhado. As vendas para os parceiros continentais estão menores do que há dez anos. Pior para a indústria e as médias empresas nacionais

ISTOCKPHOTO E PEDRO DANTHAS/VOLKSWAGEN DO BRASIL

recem ter desencorajado montadoras estadunidenses e europeias presentes há décadas no País a persistir com investimentos para modernizar as suas estruturas. A respeito desse assunto, cabe lembrar que não só a China, mas também a Ford optou pela Argentina em desfavor do Brasil, no ano passado, como sua nova base para produzir veículos na América do Sul.

Com a perda da primeira posição para a China nas vendas à Argentina, o comércio de empresas brasileiras no continente, menor do que há dez anos, encolherá ainda mais. Esse encolhimento significa um golpe adicional à fragilizada indústria brasileira, que encontra no Mercosul a principal clientela para a manufatura. "O comércio do Brasil com a Argentina é muito diferente daquele entre a China e a Argentina, é uma relação mais equilibrada", sublinha Barros. Com a Argentina, diz, em geral o Brasil tem um pequeno superávit, mas a pauta é concentrada em manufaturados. "Cada dólar gerado por exportações do Brasil para a China gera cinco vezes menos emprego do que cada dólar de exportações para a Argentina", destaca o economista.

A comparação por volumes exportados deixa ainda mais nítidas as vantagens do comércio regional. "Cada tonelada que o Brasil exporta para a China vale 250 dólares e cada tonelada exportada para Argentina vale mais de mil dólares. Além disso, países que eram destino de financiamentos do BNDES, a exemplo de Cuba, República Dominicana, Venezuela, Angola e Moçambique, eram justamente aqueles em que o preço do quilo exportado pelo Brasil era maior", res-

salta Barros. O peso da tonelada exportada para a Venezuela chegava a 1,8 mil dólares, para a República Dominicana era de 1,25 mil. "É claro que exportamos muito mais para a China, mas é apenas celulose, soja, petróleo e ferro. Isso é mais de 90%. Enquanto, para a Argentina, a diversificação é enorme."

O estudo do Ipea mostra a retirada significativa de apoio institucional e financeiro do governo brasileiro à integração do País no Mercosul. Desde 2016, não há novos aportes no Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e, em 2019, ocorreu a saída unilateral do Brasil do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-Americana de Integração, a Aladi. O CCR-Aladi chegou a representar 90,9% das importações intrarregionais em 1989.

"Perder mercado regional tem um custo para o País muito maior do que o mero valor, porque as exportações intrarregionais são mais intensivas em emprego, têm mais valor agregado e também são muito mais acessíveis às pequenas e médias empresas, além de constituírem o primeiro passo para a sua internacionalização, que tem se atrofiado nos últimos anos", chama atenção Barros.

Um aspecto a ser considerado em eventual renovação do Mercosul é, segundo o estudo do Ipea, que "nunca houve agenda consistente para a inserção em terceiros mercados de produtos de origem agropecuária, em que os países do bloco têm notória competitividade". Outro é a necessidade de haver uma convergência de políticas econômicas e industriais entre os países do bloco porque, "ao tentar proteger-se das importações de fora do bloco, via tarifa externa comum, os partícipes devem possuir um tecido produtivo e políticas que dialoguem com seus interesses". Reavaliar o uso de mecanismos para a facilitação de pagamentos dos intercâmbios intrarregionais sem a utilização de divisas, fortalecer a integração de infraestrutura, especialmente os corredores bioceânicos, e considerar os financiamentos de exportação de bens e serviços do BNDES, vinculados à utilização de mecanismos de promoção e facilitação de pagamentos do comércio intrarregional, são outras sugestões do estudo.

Após bravatas em série contra o maior parceiro comercial, o governo deixou de se manifestar quando a China passou a colecionar vitórias. Segundo afirmou Marco Fernandes, pesquisador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, na coluna *Notícias da China*, do *Brasil de Fato*, o governo não vetou a chinesa Huawei, maior empresa mundial de equipamentos de telecomunicações, no leilão da tecnologia 5G e expôs o fracasso da narrativa oficial anti-China. A empresa chinesa, concluem alguns analistas, teria saído vencedora, apesar de não participar do leilão, pois continuará fornecendo para 40% das operadoras brasileiras que, anos atrás, foram estruturadas com equipamentos da sua fabricação e que agora serão substituídos por versões 5G produzidas pela própria Huawei. O que os EUA pretendiam, cabe ressaltar, era o banimento total da Huawei, o que implicaria desinvestimento estimado em 100 bilhões de dólares em equipamentos chineses das operadoras e sua substituição por similares produzidos na Europa, pois os Estados Unidos ainda não fabricam equipamentos 5G.

Cada tonelada que o Brasil exporta para a China vale 250 dólares. Para a Argentina, mil dólares

WALMIR CIRNE/AGIF/AFP E DAVID LILLO/ MINISTÉRIO DA SAÚDE DO CHILE

Olá, adeus. A importação de vacinas da China disparou com a pandemia. A Ford preferiu a Argentina ao Brasil

Os muitos gols contra marcados por Bolsonaro, Guedes e a diplomacia brasileira abriram espaço para a China ampliar, inclusive, as suas conexões institucionais diretas com os negócios e o empresariado locais, por exemplo na área de *e-commerce*. Um estudo realizado, não pelo Ministério da Economia, mas pelo Conselho Empresarial Brasil-China mostra que, sem realizar investimentos para tornar suas marcas mais conhecidas na China, o Brasil desperdiça a chance de aumentar as exportações para o país asiático via comércio eletrônico chinês. As principais plataformas de *e-commerce* na China, diz o estudo, têm mais de 10 mil produtos que utilizam o termo "Brasil" em seu título, mas a grande maioria deles é vendida por empresas chinesas ou de outros países. "A marca de açaí em pó de maior sucesso é da Bélgica. O pinhão brasileiro é comercializado por firmas dos EUA e da China. Várias marcas importadas e chinesas utilizam o grão de café do Brasil, em um mercado que se expande rapidamente", diz o estudo do CEBC, intitulado *As Oportunidades e os Desafios para Empresas Brasileiras no Maior Mercado de E-commerce do Mundo*, patrocinado pela Confederação da Agricultura e Pecuária e pela Klabin.

Além de aumentar as importações da Argentina, a China amplia a relação econômico-financeira com o país latino-americano por meio de doações e exportações de vacinas, do mesmo modo como procede em relação ao Brasil. Segundo dados do Indec, as vacinas chinesas foram o terceiro maior item das importações feitas pelo país vizinho em dezembro, no total de 86 milhões de dólares, superados pelo gasóleo (270 milhões de dólares) e pela gasolina, exceto a de aviação (95 milhões de dólares). Outro destaque é a notícia, divulgada na terça-feira 1º, do maior investimento feito pela China na Argentina, de 8,3 bilhões de dólares, para a construção de uma nova usina nuclear em Buenos Aires, o primeiro projeto nuclear chinês na América Latina.

A questão transborda para a dimensão político-eleitoral, mostra a denúncia de ONGs de que a antecipação do processo de acolhimento do Brasil na OCDE, com o afrouxamento, ao que parece, de vários requisitos formais, denota um temor de que a possível eleição de Lula resulte em maior aproximação do Brasil com a China e distanciamento dos países ocidentais que integram a organização. •

Diante da encruzilhada

RESENHA Intelectuais de diversas vertentes apontam as saídas para o Brasil em *A Volta do Estado Planejador*

POR ELEONORA DE LUCENA

Um país agrário e exportador submetido aos interesses estrangeiros. Esse era o projeto para o Brasil de parte das elites do século passado. Colonizadas e sempre de costas para a maioria da população, rejeitaram a industrialização, a criação da Petrobras, a reforma agrária, os direitos trabalhistas. Contra avanços civilizatórios tramaram golpes.

Apesar do constante esforço regressivo dos antipovo, o Brasil conseguiu construir um Estado, essencialmente a partir da Revolução de 1930, transformando-se numa sociedade complexa e desigual. Agora, na terceira década do século XXI, a questão sobre o projeto de país volta em um contexto dramático. Em meio à mortandade provocada pela pandemia – multiplicada pela política genocida de Bolsonaro –, crescem a fome, o desemprego, a falência, a pobreza. Neste pântano falta futuro para a maioria.

Mas 2022 traz uns daqueles momentos de encruzilhada em que, mantidas as regras do jogo, será possível começar a deixar para trás esses anos de trevas. Nessa provável mudança, o papel de um Estado fortalecido surge como vital na reconstrução da nação, isolando os que teimam em transformá-la em quintal. Por isso, é muito bem-vinda a edição de *A Volta do Estado Planejador, Neoliberalismo em Xeque*. Organizado por Gilberto Maringoni, professor de relações internacionais da UFABC, o livro reúne textos de 26 intelectuais, especialmente economistas e sociólogos, que refletem sobre a trajetória brasileira e apontam saídas para o pesadelo atual.

Nesse caleidoscópio estão diferentes gerações e enfoques. Os autores tratam de momentos cruciais na história, do pensamento desenvolvimentista, da indústria, da questão energética, do emprego, do exemplo chinês e de outros países, da moeda, das mulheres, do racismo estrutural, de lutas sociais, dos desafios políticos em ano eleitoral. O ponto de convergência é a necessidade de pensar objetivos que tenham como pilares as necessidades dos brasileiros. O que só é possível com o Estado.

A VOLTA DO ESTADO PLANEJADOR: NEOLIBERALISMO EM XEQUE

Gilberto Maringoni (org.). Editora Contracorrente (500 págs., 76 reais)

A pandemia deixou escancarada essa realidade. Salvar vidas, seja organizando os serviços de saúde, seja realizando programas de apoio à população e às empresas, é tarefa do Estado. O neoliberalismo, que sempre tentou toldar esse fato, foi derrotado nos hospitais, nos postos de vacinação, na solidariedade que brotou nas quebradas e nos confins. "A emergência da crise sanitária a partir de 2020, combinada com a recessão econômica na quase totalidade dos países, recoloca na agenda política e na pauta acadêmica o debate sobre o Estado como agente fundamental do desenvolvimento. Abre-se uma janela de oportunidades para a superação do neoliberalismo e da ideia do mercado como organizador da sociedade", ressalta Maringoni.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo assina o prefácio da obra, confrontando "os caipiras-cosmopolitas – aquela malta que circula pelo mundo, sem entender nada do que acontece". Condena a abertura da economia, a liberalização financeira, o recuo do Estado, as privatizações, a flexibilização do mercado de trabalho e a reforma da Previdência. "O liberalismo à brasileira almeja empreender uma reforma do Estado, conluiando-se com as forças políticas mais reacionárias e retrógradas do País e entregando a soberania aos caprichos dos mercados. Trata-se, certamente, de uma das mais engenhosas arrumações que a velha oligarquia brasilei-

A maioria dos brasileiros tem urgência

ra imaginou para continuar no papel de sátrapas do Império", escreve.

O Brasil viveu seu ponto histórico de virada com Getúlio Vargas. No livro, Pedro Dutra Fonseca (UFRGS) e Ivan Salomão (UFPR) descrevem como o varguismo costurou uma confluência rara de interesses de diferentes grupos (agrários, militares, empresariais, de trabalhadores, das classes médias) para deslanchar um novo projeto, no qual "o governo incumbia-se de tarefa para a qual nunca havia sido acionado: liderar o País rumo ao desenvolvimento".

"O projeto econômico levado a cabo não irrompeu de forma espontânea e repentina, tampouco surgiu como mera resposta à crise decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Tratou-se, pelo contrário, de um típico processo de construção político-intelectual, fruto da realidade brasileira e da consciência gradual de determinados atores de sua elite em relação à situação de atraso em que vivia o País, uma nação que havia pouco se reconhecia como tal", afirmam os autores.

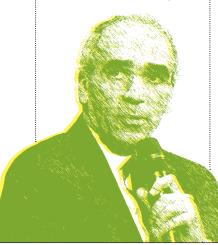
Quase um século depois, o País enfrenta novamente o desafio de se definir como nação para emergir do "projeto de destruição" que constitui o neoliberalismo, nas palavras de Leda Paulani (USP) no livro. "O golpe de 2016 tinha objetivo claro: completar o trabalho que começara no Brasil no início dos anos 1990 e que teria ficado a meio caminho. A Ponte para o Futuro, do conspirador e traidor Michel Temer, é um programa neoliberal puro-sangue (nos dois sentidos, com e sem hífen), ou seja, sem os atenuantes sociais dos governos do PT. A inquietação que cozinhava em fogo brando desde as manifestações de 2013 escancarou o espaço político, no início de 2016, para pôr ponto final a esta sorte de 'neoliberalismo progressista de Estado' (com perdão da heterodoxia), que estava no poder desde 2003", afirma ela.

> É preciso confrontar os caipiras cosmopolitas, sugere Luiz Gonzaga Belluzzo no prefácio

Para José Luís Fiori (UFRJ), quando o País começou a despontar como potência, as elites se acovardaram, recuaram e optaram pelo golpe e pelo apoio a um governo paramilitar e de extrema-direita. Fiori lembra que as velhas oligarquias agrárias e as elites financeiras invejavam o modelo agrário-exportador argentino e, depois, quando esse declinou, passaram a elogiar o canadense. "É o mesmo sonho que ainda embala a cabeça dos empresários e banqueiros que financiaram e que ainda sustentam o governo do capitão Bolsonaro." Segundo ele, agora, essa ideia tem uma dimensão mais assustadora: transformar o Brasil em protetorado militar dos Estados Unidos. "Uma traição que deixará sua marca na história do Brasil, causando um dano irreparável à autoestima do povo brasileiro, a menos que ele se levante e volte a caminhar com suas próprias pernas", alerta.

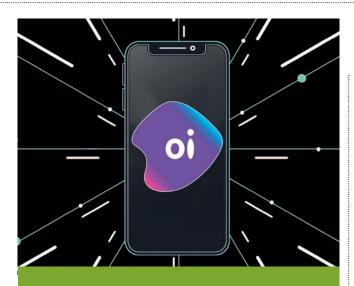
ISTOCKPHOTO

“AS PESSOAS PODEM DIZER O QUE QUISEREM, MAS AQUI FORA AS PESSOAS GOSTAM DO LULA E NÃO GOSTAM DO BOLSONARO”

ROGÉRIO XAVIER, sócio fundador da SPX Capital

O xerife é um amigão

▶ A CVM enquadra fundo do BTG, mas volta atrás

A Comissão de Valores Mobiliários acatou o pedido do banco BTG para suspender a determinação inicial de que o fundo imobiliário Maxi Renda monte balanço pelo critério de competência, e não de caixa, como vem fazendo, o que significaria apurar prejuízo, reduzir o valor das cotas e suspender o pagamento de dividendos. O colegiado da CVM, por unanimidade, entendeu que as implicações da decisão inicial poderiam afetar não só o Maxi Renda, maior fundo imobiliário do País, com 500 mil cotistas, mas se espraiar por todos os FII. Assim, o xerife do mercado vai estudar as ponderações do BTG antes de bater o martelo, devendo também estabelecer uma regra geral. Ao comentar o caso, a Genial Investimentos ressaltou que “essa discussão é superimportante e deve ser o começo de uma padronização na contabilidade dos fundos, que hoje é pauta de muita discussão entre gestores, analistas e investidores”. Para Marcos Baroni, especialista em FII da Suno Research, “a CVM está certa em colocar um pouco a lupa em relação ao MXRF11. O problema está em 2019, em que o Maxi Renda teve lucro de 85 milhões de reais e um rendimento apropriado de 109 milhões” disse ele, em *live*, acrescentando que a questão, agora, é a possível futura consequência para outros fundos.

ISTOCKPHOTO, PREFEITURA DE ARARAQUARA, XP INVESTIMENTOS

A OI FATIADA

O Conselho Diretor da Anatel, em reunião extraordinária de menos de meia hora, aprovou a venda da Oi para Claro, TIM e Vivo, depois que o conselheiro Vicente Aquino, que pedira vista e travara o processo uma semana antes, entregou alterações marginais à proposta do relator. A principal delas é a manutenção da prestação de serviços das operadoras à estação brasileira na Antártida. Ainda falta aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Uber companheiro

A prefeitura de Araraquara, administrada pelo petista Edinho Silva, criou seu próprio aplicativo de transporte de passageiros, o Bibi Mobi, que restitui ao motorista 95% do valor da corrida, bem mais que o Uber e o 99, que devolvem de 60% a 70%.

Duelo

As varejistas Magalu e Via (Casas Bahia) acusam-se mutuamente na Justiça de desviar tráfego uma da outra na internet, fazendo com que pesquisas em *sites* de busca, como o Google, utilizando suas marcas como palavras-chave, mostrem o *site* da concorrente. “A concorrência desleal comprando palavras do concorrente é algo que acontece faz tempo e em vários mercados”, disse Gustavo Chapchap, líder do Comitê de E-Commerce da Associação Brasileira de Agentes Digitais.

6G

O Ministério do Interior e das Comunicações do Japão vai convocar, em setembro, a formação de um consórcio de empresas japonesas e norte-americanas para desenvolver padrões internacionais de tecnologia autônoma, sem intervenção humana, utilizando comunicação 6G. O objetivo é impedir as empresas chinesas de dominar esse campo, como acontece com o 5G, informa a agência Nikkei.

NÚMEROS

76,03 bilhões
de dólares foi o lucro líquido apurado pela Alphabet/Google no ano passado

20 bilhões
de dólares é o investimento projetado pela Ford Motor para fabricar veículos elétricos

8,1 bilhões
de euros foi o lucro global do Santander em 2021

637 bilhões
de reais os estados arrecadaram em ICMS em 2021, com crescimento de 22,6%

Nosso Mundo

Draghi + Mattarella

ITÁLIA A reeleição do chefe do Estado, a inovar as tradições do parlamentarismo, fortalece o governo de Super Mario

POR MINO CARTA

O primeiro artigo da Constituição italiana, promulgada em abril de 1948 ao cabo de um trabalho de cerca de dois anos de uma Constituinte exclusiva, soletra: "A Itália é uma república baseada no trabalho". República parlamentarista, ao contrário do Brasil, cujo sistema de governo é o presidencialista. No presidencialismo, o presidente da República é o indiscutível dono da bola, eleito diretamente pelo povo para chefiar o governo.

No regime parlamentarista italiano, o presidente da República representa o Estado e é eleito pelo Parlamento, reunido em sessão plenária, com mandato de sete anos. Nada diz que o presidente não pode ser reeleito, mas é tradição, desde a primeira eleição presidencial, que o chefe do Estado fique no cargo somente uma vez. Este hábito foi quebrado por Giorgio Napolitano em 2013, em razão de uma manobra contra Silvio Berlusconi, urdida para coibir os seus sonhos presidenciais e abrir caminho para a sua condenação por prevaricação.

Napolitano, comunista de origem controlada e garantida, e finíssimo manobrista político, reservou-se o direito de deixar o cargo quando entendesse encerrada a sua tarefa, o que de fato se deu em janeiro de 2015. Domingo 30 de janeiro Sergio Mattarella foi reeleito depois de sete tentativas frustradas de levar à Presidência outros candidatos. Foi uma satisfação dada aos italianos, a se levar em conta a popularidade deste presidente. Há tempo, de resto, uma pesquisa confiável atribui a 70% da população a preferência pela eleição direta do chefe do Estado.

Assim o jornal *La Repubblica* refere-se a Mattarella: "Foi reeleito porque tranquiliza. É paternal em um tempo sem pais. A sua concepção de mando tende a se manifestar por subtração. É um líder que absorve as tensões em lugar de exasperá-las". Ainda o *La Repubblica*: "Sergio Mattarella é como Sandro Pertini, ambos entraram em conexão sentimental com a alma secreta da nação". E de ambos permanecerá no imaginário a torcida de Pertini no Mundial de Futebol de 1982, bem como a de Mattarella em Wembley, em julho do ano passado, ao sagrar-se a *Azurra* campeã da Europa, quando os albiônicos mostraram que não sabem perder. Um dos filhos do príncipe Charles, presidente da Confederação Inglesa de Futebol, não cumprimentou Mattarella, presente a escassos metros de distância, na tribuna de honra.

Irmão de Piersanti Mattarella, presidente da região Sicília assassinado pela Máfia em 1980, Sergio, seis anos mais moço e hoje com 80, é jurista e político

"Absorve as tensões em lugar de exasperá-las"

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48

The Observer. Os aliados esperam uma posição clara da Alemanha no conflito da Ucrânia

O Parlamento italiano curva-se à popularidade do presidente da República

GREGORIO BORGIA/POOL/AFP E PALAZZO DEL QUIRINALE/PRESIDENZA DELLA REPUBBLICA

com militância no Partido Democrata-Cristão. Figurava na corrente progressista do PDC, destinada a refluir para a liderança de Aldo Moro, assassinado, em 1978, no cativeiro, pelas Brigadas Vermelhas infiltradas pela CIA. Ou por outra: os Mattarella se opunham dentro do partido à liderança dissidente do maior hipócrita da política peninsular do século passado. Era Giulio Andreotti, magistralmente retratado pelo diretor Sorrentino no filme *Il Divo*, na interpretação inesquecível de Toni Servillo, já ganhador de um Oscar com *A Grande Beleza*.

Andreotti era o primeiro-ministro italiano quando da captura de Moro, enquanto Francesco Cossiga estava na Presidência da República, ambos firmes ao repelir as tentativas terroristas de chantagem política, embora estivesse claro o sacrifício iminente de Moro, sonhador de um entendimento com Enrico Berlinguer, líder do PCI, o chamado "Compromisso Histórico". De Andreotti sabe-se da aproximação à Máfia em ocasiões eleitorais, inclusive uma troca de beijos com Totò Riina, quando o *capo di tutti i capi* ainda não fora preso e trancafiado em presídio de segurança máxima. Como se não bastasse, suspeita-se que Andreotti tenha sido o mandante do assassinato do jornalista Mino Pecorelli, conhecedor de alguma de suas mazelas.

Opostas as razões do apreço compacto da nação em relação a Sergio Mattarella, o qual foi decisivo na indicação de Mario Draghi para a chefia do governo e um sustentáculo imprescindível, sobretudo na tarefa de combater o populismo peninsular tão bem representado por Matteo Salvini, líder da Liga Norte e o grande derrotado desta eleição. À direita sobe a estrela de Giorgia Meloni, hoje cotada pelas pesquisas com em torno de 19% dos votos futuros, enquanto os populistas, também chamados de soberanistas, caem para posições mínimas. Meloni leva a vantagem de ser mais articulada e mais coerente do que os demais, os quais, abençoados por Berlusconi, se apresentavam como representantes do centro-direita.

O peso político de Berlusconi, neste ínterim, caiu vertiginosamente, bem como o dos outros por ele apoiados. Não será o governo Draghi forçado a uma reforma capaz de adaptá-lo a uma situação nova? A ideia do governo de unidade nacional não cederia em uma conjuntura profundamente distinta daquela anterior à reeleição de Mattarella? Outro partido em um momento extremamente difícil é aquele Movimento 5 Estrelas, que já manteve como *premier* Giuseppe Conte. A agremiação é hoje dilacerada por disputas interiores, comandadas, de um lado, pelo próprio Conte e, do outro, pelo ministro das Relações Exteriores, Luigi Di Maio, enquanto o fundador, Beppe Grillo, sumiu provavelmente nos bastidores de algum teatro de *vaudeville*.

A única certeza é a primazia do Partido Democrático, rico em peças graúdas no tabuleiro da política italiana e muito próximo do ministro da Saúde, Roberto Speranza, sempre louvado pelos acertos da sua atuação contra a pandemia. De Speranza ouviremos falar mais. É o nome do presente e mais ainda do futuro. Outra certeza, talvez mais significativa, é ilustrada pela perspectiva de que a Itália volte a ser o país-modelo da Europa. O governo de Mario Draghi prepara-se a reduzir sensivelmente as medidas anti-Covid em relação à população e aos visitantes estrangeiros, e a implementar um plano imponente de desenvolvimento industrial ao se valer, inclusive, dos recursos orçados pela União Europeia, os chamados Recovery Plans, ao somar um investimento próximo de 200 bilhões de euros.

Sólido, o governo de Super Mario, a confirmar a sua estatura de estadista, fortalecido agora de maneira ainda mais transparente pelo apoio do presidente reeleito. •

Ambiguidade embaraçosa

The Observer Os parceiros ocidentais cobram uma postura mais assertiva de Olaf Scholz em relação à crise na Ucrânia

POR PHILIP OLTERMANN, DE BERLIM

Quando o novo chanceler da Alemanha, Olaf Scholz, fechou um acordo de coalizão com seus parceiros liberais-verdes no mês passado, eles prometeram energicamente "se arriscar a ter mais progresso". Menos de dois meses depois, os aliados de Berlim em Kiev, Washington e nas capitais europeias vizinhas se preocupam, porém, que o país continue preso a antigos hábitos passivos. Enquanto cresce a tensão na fronteira entre a Rússia e a Ucrânia, eles temem que Scholz retome os instintos em política externa cultivados por seu mais recente antecessor de centro-esquerda, o ex-chanceler Gerhard Schröder, hoje um lobista.

A atitude restritiva à exportação de armas é uma fonte de frustração. Apesar de ser um dos cinco maiores exportadores de armas do mundo, a Alemanha diz que não pode enviar armas letais a zonas de conflito por razões históricas, e em vez disso forneceu à Ucrânia 5 mil capacetes militares, gesto que o prefeito de Kiev descreveu como "uma piada". O país ainda não assinou a documentação que permitirá que a Estônia dê à Ucrânia nove canhões D-30, o que o chanceler precisa autorizar porque as armas de longo alcance feitas pela União Soviética estiveram estacionadas na Alemanha Oriental.

Para os críticos alemães, nada simboliza mais a sua ambiguidade em relação ao conflito em fermentação do que o Nord Stream 2, gasoduto recém-concluído, mas ainda não aprovado entre Ust-Luga, na Rússia, e Lubmin, no nordeste da Alemanha. Segundo eles, isso mostra como as necessidades energéticas do país o tornaram vulnerável à chantagem de Putin. Scholz insiste que "todas as opções estão sobre a mesa" quanto a potenciais sanções no caso de uma incursão russa na Ucrânia, mas seu governo demorou a entrar em detalhes, chegando a afirmar que é estrategicamente mais inteligente parecer vago. "Não devemos descartar nada quando se trata de sanções, incluindo o sistema global de pagamentos bancários Swift e o Nord Stream 2", disse Nils Schmid, porta-voz de política externa do partido de Scholz, o Social-Democrata (SPD), de centro-esquerda. "Se a coisa apertar, o Nord Stream 2, provavelmente, se tornará insustentável. É crucial que Putin não possa calcular antecipadamente quais serão as consequências de seus atos."

> A Alemanha é dependente do fornecimento de gás da Rússia

A lógica dessa posição não é questionada apenas no exterior, mas também internamente. "Ameaçar sanções não funciona se o outro lado perceber que você tem medo de explicar quais são elas", disse Norbert Röttgen, integrante da comissão de Política Externa no Bundestag (Parlamento) da União Democrata-Cristã (CDU), conservadora. "Precisa ficar claro que autorizar o Nord Stream 2 está fora de questão, se houver uma guerra."

Os social-democratas de Scholz se reunirão para um debate interno sobre o seu posicionamento em relação à Rússia, e Röttgen pediu que o partido assuma uma posição contra aqueles que usam a história da Alemanha como cobertura para "ganho financeiro pessoal e uma política de acomodação que transforma os agressores em vítimas". A ideia de que a Alemanha, cujas incursões militares na era nazista custaram milhões de vidas russas, não pode agir tão agressivamente em relação ao Kremlin quanto outros países europeus, pois não é uma visão minoritária. Ela permeia o espectro partidário alemão e é amplamente compartilhada pela população. Entretanto, Schmid, do SPD, diz: "Vocês precisam levar em consideração que a Alemanha, juntamente com a França, tem o papel de mediador entre a Rússia e a Ucrânia no formato Normandia (grupo de contato quádruplo criado após o conflito em Donbas). Não podemos fornecer armas para uma das partes entre as quais somos mediadores".

Até o Partido Verde, anunciado por alguns como falcão dos direitos humanos que modificaria radicalmente a po-

Pisar em ovos. Scholz enviou capacetes à Ucrânia e virou piada. Os aliados do Ocidente pedem armas

STEFANIA LOOS/AFP E SERGEY BOBOK/AFP

sição da Alemanha em relação à China e à Rússia, depois de reivindicar o Ministério das Relações Exteriores no novo governo, confirma essa posição. "O governo alemão não enviou qualquer carregamento de armas à Ucrânia durante quase uma década", disse Agnieszka Brugger, deputada verde e integrante da Comissão Parlamentar de Defesa. "Uma mudança na política não faria qualquer diferença militar em curto prazo no solo, mas pode ser um grande risco para as muito difíceis negociações diplomáticas em curso. A união da Europa e da Otan em nosso apoio à Ucrânia é crucial para marcar uma posição forte em relação à Rússia, e não devemos deixar que as diferentes maneiras de como demonstramos apoio aos nossos aliados nos prejudiquem."

Nenhum partido no Bundestag usou, porém, tanto os crimes históricos da Alemanha como cobertura para expandir laços com a Rússia quanto o de Scholz. Como partido mais antigo da Alemanha, o SPD tende a recorrer aos livros de história e poucos de seus líderes falam sobre a Rússia sem citar a Ostpolitik, estratégia de política externa de "mudança por meio de aproximação", em direção à União Soviética e seus países-satélites seguida por seu ex-chanceler Willy Brandt.

Mas a atitude do SPD para com a Rússia não vai necessariamente tão fundo quanto ele gosta de acreditar. Em um artigo para o jornal *Frankfurter Allgemeine*, o historiador Gerd Koenen afirmou que uma política externa de "equidistância latente entre Washington e Moscou" teve origem na experiência de centro-esquerda no início do milênio, quando um governo alemão liderado pelo SPD se recusou a participar da guerra dos Estados Unidos no Iraque. Esse período no poder resultou na divisão do SPD sobre a política interna, com o chanceler Schröder a perseguir uma terceira via neotrabalhista, enquanto o ministro da Economia, Oskar Lafontaine, se desligava para cofundar o Die Linke (A Esquerda).

Schröder, que na sexta-feira 28 insistiu que a Rússia não tinha intenção de invadir a Ucrânia e acusou Kiev de "belicismo", entrou para o Gasoduto Norte-Europeu, da gigante estatal russa Gazprom, depois renomeado Nord Stream AG, como presidente meses depois de perder a eleição em 2005. O gasoduto no Mar Báltico, entre a Rússia e o nordeste da Alemanha, que contorna o Báltico e a Europa Central e do Leste, recebeu aprovação no período interino antes de Angela Merkel assumir o poder, mas continuou sob seu governo. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Jogos vorazes

TheObserver A China ignora as críticas políticas internacionais e aposta alto no sucesso das Olimpíadas de Inverno

POR EMMA GRAHAM-HARRISON E VINCENT NI

Sediar os Jogos Olímpicos de Inverno durante a pandemia é um verdadeiro teste para o governo chinês e coloca sua capacidade cada vez maior de controle político e de contenção do vírus em rota de colisão com sua sede de prestígio e *status* internacional. Os Jogos, que começam na sexta-feira 4, são realizados em um momento de críticas ocidentais particularmente intensas à China por abusos aos direitos humanos, da perseguição em massa da etnia uigur em Xinjiang, no extremo oeste, rotulada como genocídio pelos Estados Unidos, e outros grupos, incluídos os tibetanos, ao esmagamento das liberdades civis em Hong Kong.

A China nega abusos de direitos humanos, mas ativistas apelidaram o evento em Pequim de "Jogos do Genocídio", e potências ocidentais, dos Estados Unidos ao Reino Unido, anunciaram um boicote diplomático à cerimônia de abertura. O grupo de ativistas exilados Congresso Mundial Uigur pediu: "Ninguém deve querer outra Olimpíada como esta".

Há tão pouca confiança no anfitrião que muitos países disseram a seus atletas para levarem telefones descartáveis, e especialistas em segurança cibernética alertaram que um aplicativo de saúde para atletas olímpicos poderia espioná-los e roubar dados pessoais e de saúde. Outras críticas vieram de ambientalistas que alertam há anos sobre o impacto negativo de sediar os jogos – que exigem grande quantidade de água para criar neve e gelo – em uma área de intensa escassez do líquido.

Pequim abrandou, no entanto, a controvérsia quando sediou os Jogos Olímpicos de Verão em 2008, disse Susan Brownell, da Universidade de Missouri-St. Louis, especialista em esportes chineses e que esteve na China durante aquelas Olimpíadas.

Então, protestos de alto nível perseguiram o revezamento global da tocha olímpica, a repressão violenta a manifestações no Tibete colocaram a opressão chinesa na pauta do noticiário, houve pressão sobre os líderes para faltarem à cerimônia de abertura e ambientalistas alertaram sobre a intensa poluição que encobria Pequim. Depois que a competição começou, o foco mudou para os atletas. O cálculo de Pequim é, sem dúvida, que o mesmo acontecerá este ano. "Neste momento, os jornalistas políticos e investigativos ocupam a primeira página, mas, quando os jogos começarem, serão os jornalistas esportivos", disse Brownell.

Pequim acredita que os boicotes diplomáticos ficarão em segundo plano

Covid e controle

A Covid poupou convenientemente Pequim de qualquer preocupação com os protestos nas arquibancadas, que teriam sido a arena mais provável para o ativismo político em um país onde as manifestações públicas de cidadãos são efetivamente proibidas.

Sem ameaça. O mascote olímpico é a imagem que os chineses querem projetar

JADE GAO/AFP

Haverá um protesto internacional oficial, na forma de boicote diplomático por governos ocidentais, mas é improvável que essas ausências sejam uma grande dor de cabeça para as autoridades de Pequim, ou tenham destaque na cobertura jornalística durante os jogos.

Pressão dos atletas

A paralisação da participação internacional nos jogos exerceu uma pressão política especial sobre os atletas, agora os únicos com uma plataforma para fazer declarações. "É impossível separar esportes de negócios e política. Mais do que um grande evento esportivo, este também é um evento político", disse Mark Dreyer, autor de *Sporting Superpower: An Insider's View on China's Quest to Be the Best* (*Superpotência Esportiva: A Visão Interna da Luta da China para ser a Melhor*).

Rob Koehler, do grupo de defesa de esportistas Global Athlete, disse que aconselhou, com relutância, os competidores a guardar os protestos ou críticas à China para quando terminarem de competir e voltarem para casa. "Esta é a coisa mais difícil e ultrajante que tivemos de dizer, dado o quanto pressionamos para que eles tenham o direito básico à liberdade de expressão", afirmou.

Disrupção da Ômicron

Mesmo que a China consiga evitar um protesto inflamatório – ou uma reação inflamatória – nos jogos, o vírus que antes poderia parecer um presente para um governo empenhado em controlar tornou-se mais uma ameaça a uma Olimpíada de sucesso, com a altamente contagiosa variante Ômicron. Se um surto derrubar atletas de alto nível ou diminuir significativamente o número de competidores, poderá começar a prejudicar os eventos.

Pequim anunciou que, ainda antes do início dos jogos, o número de casos na Vila Olímpica saltou de 2 para 19. As infecções entre atletas e dirigentes de equipes superaram aquelas da mídia e "outras partes interessadas" pela primeira vez. Houve interrupção nas provas de classificação depois que atletas testaram positivo. Nos campeonatos de patinação artística nos Estados Unidos, segundo Brownell, alguns atletas desenvolveram Covid en-

tre as competições e apesar de tomarem rígidas precauções. “Eles estavam usando máscaras, mantendo o distanciamento social. A equipe de duplas tinha apenas aulas particulares na pista com o treinador e não se sabia onde eles pegaram a doença. Isso criou um pânico nos próprios campeonatos”, disse Brownell. Ironicamente, o sucesso da China no controle de variantes anteriores da Covid deixou-a particularmente vulnerável, dizem especialistas em saúde pública. Suas vacinas domésticas são ineficazes contra a Ômicron e, como ainda há poucos casos em um país de mais de 1,4 bilhão de habitantes, quase não há imunidade natural.

Além da China

Esses fatores afetaram a forma como o resto do mundo, ou ao menos o público em mercados como os Estados Unidos, vivenciará os jogos. A emissora NBC mantém seus comentaristas em casa, a milhares de quilômetros de distância.

Restrições à cobertura da mídia nos últimos Jogos Olímpicos de Verão, no Japão, realizados no ano passado após um ano de atraso, diminuíram a experiência de visualização para milhões de fãs que queriam acompanhar de casa. “Meu sentimento pessoal foi de que a cobertura dos Jogos de Tóquio realmente perdeu alguma coisa. Ficou bem claro que eles não investiram a mesma quantia, a cobertura não foi tão brilhante e esteticamente agradável”, disse Brownell.

Internamente, a competição é saudada como outro triunfo de Pequim

Também poderá haver menos promoção. Em um possível sinal de como estas Olimpíadas estão entre as mais polêmicas das últimas décadas, os patrocinadores que pagam quantias enormes para se conectarem aos jogos não ostentam essas ligações no Ocidente como fizeram no período anterior às edições passadas da competição. Durante anos, a China impôs pesadas punições a personalidades do esporte, empresas e gerentes que arriscaram fazer a menor crítica pública à sua política.

Estima-se que um tuíte de 2019 de Daryl Morey, então gerente-geral dos Houston Rockets, a apoiar os protestos pró-democracia em Hong Kong, custou centenas de milhões de dólares à Associação Nacional de Basquete dos EUA depois que ele foi autorizado a permanecer no cargo. Mas os patrocinadores ocidentais estão receosos de ser acusados de favorecer a China. Talvez por estarem entre Pequim e Washington, não houve nenhuma campanha pré-Jogos para estimular o entusiasmo nos EUA da gigante de pagamentos com cartão Visa, da Coca-Cola ou da Procter & Gamble, informou o Wall Street Journal.

Um jogo, dois mundos

A visão dos Jogos de Inverno, entretanto, é drasticamente diferente de fora do país, focada em inflamar o orgulho nacional e usar o evento para aumentar a prática esportiva e expandir a indústria nacional de esportes de inverno. A participação dos cidadãos chineses nos esportes tem aumentado desde os jogos de 2008, disse Shushu Chen, professor de política e gestão esportiva na Universidade de Birmingham, no Reino Unido, que analisa o impacto dos Jogos de Verão em Pequim e em Londres. Chen observou que, em comparação com Londres, os residentes em Pequim são “ostensivamente mais positivos sobre os efeitos inspiradores dos Jogos Olímpicos, o que talvez possa ser explicado por diferenças socioculturais contextuais entre os dois casos”.

Na China, os jogos são saudados como um triunfo para Pequim e sua capacidade de mobilização contra o vírus e as críticas ocidentais. Internacionalmente, estes jogos poderão ser lembrados de maneira muito diferente. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Inimigo implacável. A variante Ômicron põe em risco o controle da pandemia

STR/AFP

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Lições portuguesas

▶ Os resultados das eleições em Portugal oferecem algumas indicações que podem ser úteis no Brasil

A *Folha de S.Paulo* de 30 de janeiro incluía uma reportagem sobre as eleições portuguesas com a seguinte chamada na primeira página: "Após sete anos, Portugal pode tirar os socialistas do poder". O artigo apoiava-se nos habituais comentaristas de Lisboa e todos previam um empate técnico entre o maior partido de esquerda (PS) e o maior partido de direita (PSD). Poucas horas depois o PS ganhava o pleito com maioria absoluta. Os resultados dão-nos algumas indicações que podem ser úteis no Brasil.

Primeira lição: o fracasso estrondoso das sondagens. A vitória esmagadora do PS após seis anos de governo e dois anos de pandemia é memorável e merece ser refletida. As sondagens usam uma lógica binária própria do pensamento quantitativo, hoje muito vigente na construção dos algoritmos nas redes sociais. Essa lógica não capta a ambiguidade, a complexidade, a contradição e muito menos as diferentes camadas de realidade, opinião e emoção que cada cidadão mobiliza ao tomar decisões.

Isto é particularmente evidente em situações que escapam à normalidade da vida coletiva. A pandemia criou uma dessas situações. Em tais circunstâncias, os dirigentes políticos devem manter contatos diretos, diversificados e continuados com os cidadãos e acumular informações qualitativas, em vez de se apoiarem em inquéritos de opinião tão fáceis quanto traiçoeiros.

Segunda lição: em tempos de insegurança existencial como a causada ou agravada por uma pandemia, os cidadãos fazem, em geral, avaliações realistas e prudentes das políticas que diminuem a sua insegurança e têm um enorme temor das políticas que a possam agravar. Se as políticas forem avaliadas como positivas, o desejo prioritário da cidadania é a estabilidade.

Portugal foi um dos países do mundo com a melhor condução da política sanitária e aquele em que a pandemia foi menos politizada, mérito tanto do governo quanto da oposição. Os partidos à esquerda do Partido Socialista, o Partido Comunista (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE) partilharam a governação do país desde 2015, através de um acordo político inédito que recebeu o nome de *geringonça*. Este acordo travou a austeridade imposta pela solução neoliberal da crise financeira de 2008 e lançou o país numa recuperação econômica e social modesta, mas consistente.

A geringonça começou a precarizar-se em 2020 e colapsou no fim do ano passado, com a rejeição do orçamento apresentado pelo governo por parte do PCP e do BE. Foi isso que levou às eleições antecipadas de 30 de janeiro. Portugal será, a partir de agora, o único país europeu (e talvez do mundo) com um governo de maioria absoluta de um partido de esquerda, o Socialista. Os dois partidos à sua esquerda tiveram os piores resultados de sempre. O PCP tinha 12 deputados no Parlamento e passa a ter metade. O BE tinha 19 deputados, agora tem cinco. Ter posto em causa em período de pandemia a estabilidade considerada globalmente positiva pela cidadania foi considerado um erro crasso, duramente punido pelos eleitores.

Apesar de as inversões de situações não serem mecânicas nem os países serem facilmente comparáveis, é legítimo supor que, se as políticas de proteção sanitária durante a pandemia forem avaliadas como desastrosas por terem agravado a insegurança e causado mortes evitáveis, o objetivo principal do eleitorado em próximas eleições é pôr termo ao governo considerado responsável por isso, mesmo que a alternativa seja menos satisfatória do que o desejado. Se o governo em causa foi de extrema-direita, a opção pode ser por uma alternativa de direita menos radical ou por uma de esquerda. Vencerá a que se apresentar com maior possibilidades de êxito.

Terceira lição: em tempos de insegurança existencial acrescida, o desespero e o ressentimento são uma emoção coletiva sempre latente. Os empreendedores do medo facilmente a manipulam. No caso português, o fato mais significativo depois da vitória do PS é o crescimento exponencial da ultra-direita. Dividiu-se em duas correntes, uma de inspiração fascista (Chega), agora a terceira força política, da família da extrema-direita racista, heteropatriarcal e xenófoba europeia e mundial; e outra, de recorte hiperneoliberal, darwinismo social puro e duro, ou seja, sobrevivência do mais forte (Iniciativa Liberal), agora a quarta força política. Ocuparam assim as posições no Parlamento que antes eram detidas pelos partidos de esquerda.

Isso faz prever que, se a solução de esquerda agora vitoriosa vier a ser derrotada no futuro, a direita que a substituir não será a direita civilizada que dominou até agora, mas uma direita agressiva e brutal contra dissidentes e grupos precarizados, excluídos e discriminados. Uma direita que os brasileiros tragicamente bem conhecem. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

De volta para o futuro?

POLÍTICA CULTURAL Como a Agência Nacional do Cinema, que chegou a ser ameaçada de extinção pelo governo Bolsonaro, conseguiu ser preservada

POR ANA PAULA SOUSA

Na *live* de 25 de julho de 2019, Jair Bolsonaro, sentado a uma mesa forrada de papéis e ladeado por uma tradutora de libras e por um major da Polícia Militar, falou sobre a produção de cinema no Brasil.

Após dizer que tinha afastado um artista da comissão destinada a discutir a política antidrogas, ele tirou os óculos, tomou-se de um ar mais grave, e disse:

— Eu, na semana passada, critiquei o filme da Bruna Surfistinha, feito com dinheiro público. O filme tá feito e não temos como voltar atrás pelo que tudo indica ali. Mas, hoje – vejam como funciona a tal da Ancine, né? – teve uma liberação de 530 mil reais para fazer um filme comigo. Olha como os caras são legal, bonzinho (...) A Ancine ganhou mais um F.O. positivo – fato observado positivo. Vamos buscar a extinção da Ancine.

Corta. Na terça-feira 1º, passados dois anos e sete meses da *live*, a Ancine aprovou a destinação de 85 milhões de reais para a produção de longas-metragens brasileiros. Em dezembro, haviam sido anunciados 111,6 milhões de reais para a complementação do orçamento de projetos em curso. Em janeiro, foi a vez de um edital voltado a novos realizadores. Até o fim deste mês, devem ser publicados outros dois editais, somando 131,6 milhões.

Os apoios haviam sido anunciados em novembro de 2021, mas, assim como gato escaldado tem medo de água fria, os profissionais do audiovisual tinham receio de que, por trás do movimento aparentemente em prol do setor, houvesse alguma armadilha. Àquela altura, foram prometidos 651,2 milhões de reais – que, pelo andar da carruagem, de fato existirão.

Esses recursos são originados do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), alimentado por taxas e impostos pagos por diferentes *players* do setor. Boa parte deles advém, contudo, de uma taxa devida pelas empresas de telefonia. O que aconteceu, de 2019 até aqui, é que esses recursos estavam presos.

> No último mês e meio, três editais foram lançados e a fila de projetos em análise andou

Dada a ameaça feita por Bolsonaro e os reiterados ataques do atual governo à cultura, depreendeu-se, no meio da produção, que o FSA tinha parado por razões estritamente políticas. Chegou a haver, afinal de contas, a edição de uma portaria, pelo ex-ministro Osmar Terra, da Cidadania, cancelando um edital voltado a produções de temática LGBT. Terra responde na Justiça por esse ato de 2019.

E havia, simultaneamente, o esvaziamento da diretoria da agência, ocorrido por uma soma de fatores – aí incluído o afastamento do diretor-presidente por uma decisão judicial. Em setembro de 2019, a diretoria colegiada, que deve ser formada por quatro pessoas,

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 62
Memória.
A atriz Monica Vitti morre aos 90 anos

Carreira. O procurador Alex Braga, servidor da Ancine desde 2003, tornou-se diretor-presidente em outubro de 2021. Visto, nos últimos três anos, como algoz do cinema brasileiro, ele passa agora a ser definido pelo setor como um "técnico habilidoso"

LUCAS TAVARES/FOLHAPRESS E JEFFERSON RUDY/AG.SENADO

viu-se com um só membro: Alex Braga.

Procurador federal, Braga chegara à agência em 2003, na Consultoria da Procuradoria Federal junto à Ancine. Alcançou o posto de procurador-chefe e, em 2017, sob o governo Temer, apadrinhado pela deputada Soraya Santos (PL-RJ), tornou-se diretor.

Avesso a entrevistas e, até bem pouco tempo, avesso também a contatos com o setor, Braga, conforme a Ancine se encastelou, chegou a ser visto como algoz. Agora, vai sendo definido, por profissionais do meio, como um técnico habilidoso. Braga é, desde outubro, diretor-presidente da agência.

"Ele soube conduzir isso tudo muito bem e conseguiu, milagrosamente, liberar os recursos do FSA e lançar os editais", diz Vera Zaverucha, ex-diretora da agência. "Acho que ele tem a intenção de

MATEUS BONOMI/AGIF/AFP E GLOBO FILMES

Baque. *Turma da Mônica – Lições* é o primeiro filme brasileiro a levar mais de 500 mil pessoas aos cinemas desde que a pandemia fechou as salas de exibição

levar adiante um projeto de desenvolvimento do setor."

Por mais que o contexto político levasse a crer o contrário, o FSA tinha entrado em 2019 com problemas concretos. O Fundo tinha um descompasso entre recursos financeiros e recursos orçamentários. Em 2020, a Ancine informou que, apesar de ter assumido compromissos no valor de 944 milhões de reais, o FSA tinha 738 milhões de reais em caixa.

De acordo com os relatórios posteriormente apresentados ao Comitê Gestor do FSA, o descompasso acompanhou parte da história do fundo, mas foi agravado em 2018, quando se lançou um conjunto de editais incompatível não só com a disponibilidade financeira, mas com a capacidade operacional da agência.

Apesar de, durante algum tempo, o setor ter resistido a essa versão, atribuindo a crise a ímpetos de censura e de estrangulamento, o entendimento em torno da concretude do déficit, hoje ajustado, vai se sedimentando.

"A Ancine entrou numa crise advinda da falta de planejamento sobre os recursos disponíveis, sobre a falta de estrutura de suas superintendências para dar conta de um programa lançado (*em 2018*) sem critérios corretos", pontua a produtora Mariza Leão, do Rio, uma histórica articuladora e defensora das políticas públicas. "Ao longo de 2019, 2020 e 2021, tudo, ou quase tudo, ficou paralisado. Mas, ao contrário do que se pensava, a pausa serviu para arrumar a casa."

> Apesar do respiro, as produtoras seguem enredadas nas cobranças feitas pelo TCU

Cabe lembrar que, ao longo desse período, evangélicos e outros correligionários do bolsonarismo foram indicados ou aventados para a diretoria da Ancine. Mas, depois de muito vaivém – inclusive, de secretários da Cultura –, a diretoria acabou sendo ocupada, de forma efetiva, por três servidores de carreira, sabatinados no Senado no primeiro semestre de 2021.

A Lei das Agências, que garante autonomia a esse tipo de autarquia, protegeu o órgão de intervenções como as vistas na Funarte e no Iphan (*leia texto na pág. ao lado*). A ideia de que a Ancine estava passando por um processo de "depuração" também deve ter contribuído para que Bolsonaro efetivasse a indicação dos servidores para os postos.

Além de Braga, tornaram-se diretores efetivos, com mandatos de quatro anos, Vinícius Clay e Tiago Mafra, especialistas concursados. Resta, como diretor-substituto, um indicado do governo Bolsonaro. O cenário, apesar de alentador se comparado à turbulência prévia, guarda desafios.

"Estamos em um momento cinza: não é

mais o inferno, mas também não é o céu", define o cineasta Toni Venturi, ligado à Associação Paulista de Cineastas (Apaci). "O setor está ferido ainda. Muitas empresas estão endividadas e acho que todas elas continuam também mergulhadas em um processo insano de prestação de contas."

Venturi refere-se a outro problema sério, este distante de uma solução: o da prestação de contas, também desencadeado no fatídico 2019, a partir de um acórdão do Tribunal de Contas da Uniãwo (TCU). O passivo de prestações de contas da Ancine é tão grande que, hoje, há produtores tendo de recuperar documentos de 15 anos atrás para digitalizá-los.

As prestações de contas foram entregues, mas não analisadas. Venturi, dono de uma produtora pequena, tem três funcionários contratados. Todos eles cuidam da contabilidade. Em 2021, o cineasta tomou um empréstimo para contratar essas pessoas, mas afirma, neste momento, sentir-se aliviado porque, ao menos, seus projetos antigos, que ficaram três anos parados da Ancine, saíram da lentíssima fila de análises e diligências.

De acordo com a agência, foram concluídas, em 2021, 924 análises de projetos do FSA e assinados mais de 600 contratos. No mercado, esses números se materializam em produtores que dizem estar, enfim, respirando um pouco – ainda que às voltas com velhas prestações de contas .

A produtora Jorane Castro, do Amazonas, quando questionada como acha que a Ancine sobreviveu, detalha o contexto dos últimos três anos, mas faz questão de dizer que, nesse processo, não se pode desconsiderar a mobilização política do setor.

Censura. Osmar Terra tentou cancelar projetos LGBT

"A gente via cartas assinadas por todas as entidades, numa união improvável entre grandes sindicatos da indústria e pequenas associações", diz Jorane. "O setor, além disso, se fortaleceu muito politicamente, agindo no Congresso Nacional, inclusive." Cabe lembrar que a paralisação do FSA gerou ações judiciais impetradas por produtores e mobilizou o Ministério Público, que chegou a intimar os diretores para se explicar.

Em meio à tormenta, ainda veio a pandemia. Em 2021, a participação de mercado dos filmes brasileiros foi de parco 1,4%. Este ano já começou, porém, melhor, empurrado por *Turma da Mônica – Lições*, que vendeu 700 mil ingressos, o dobro de *Marighella*, o filme mais visto do ano passado.

"Acho que foi o cinema brasileiro que sobreviveu, inclusive a despeito da própria Ancine, que ficou praticamente parada", afirma a produtora Vânia Catani, que teve agora um filme selecionado para o Festival de Berlim. "E quando eu falo disso, não estou condenando os funcionários, que também não podiam fazer nada. Mas eu sinto que agora há, sim, uma boa vontade para se resolver." •

A MEMÓRIA EM CACOS

Enquanto as ações da Ancine são retomadas, o Iphan agoniza e sofre ataques de Bolsonaro

Enquanto a Ancine respira, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), agoniza. Na semana passada, membros do conselho consultivo da instituição, um marco na história das políticas de cultura do País, assinaram um manifesto no qual são enfáticos: o governo Bolsonaro está perseguindo o Iphan e promovendo um desmonte completo do órgão.

"A instituição vem sofrendo ações de governo, episódicas e conjunturais, que, a cada vez, reduzem e comprometem sua missão. Ataques que fazem parte de uma estratégia de minar o órgão interna e externamente", escrevem os conselheiros na carta.

O documento cita, entre outras coisas, o discurso de Jair Bolsonaro, em dezembro, no qual ele disse, descaradamente, ter demitido os diretores do Iphan porque eles interditaram uma obra do empresário Luciano Hang, da Havan.

"Explicaram pra mim, tomei conhecimento e ripei todo mundo do Iphan... botei outro cara lá. O Iphan não dá mais dor de cabeça pra gente", afirmou Hang, não custa lembrar – a título de trágica anedota – instalou réplicas da Estátua da Liberdade em suas lojas.

O governo federal tem, sistematicamente, indicado quadros absolutamente sem qualificação para o Iphan, uma instituição altamente especializada. E, neste caso, ao contrário do que acontece com a Ancine, o órgão não tem uma lei específica que o proteja.

Sabe-se que não foi por falta de tentativas que Bolsonaro não emplacou, até aqui, um indicado político para a Ancine. Nenhum deles, inclusive, teria condições de passar pela sabatina do Senado, um rito obrigatório para as diretorias colegiadas das agências reguladoras.

Os enigmas da consciência

The Observer O neurocientista Anil Seth enxerga a mente humana como uma máquina de previsão altamente evoluída

POR TIM ADAMS

Durante séculos, os filósofos teorizaram sobre a questão mente-corpo, discutindo a relação entre a matéria física do cérebro e a atividade mental consciente que ela cria. Mesmo com os avanços da neurociência e das técnicas de imagens cerebrais, grandes partes dessa relação fundamental continuam teimosamente misteriosas.

Em 1995, o cientista cognitivo David Chalmers cunhou o termo "o problema

Busca sem-fim. "Quero compreender a mim mesmo e, por extensão, aos outros", diz o pesquisador cuja palestra TED foi assistida mais de 11 milhões de vezes

difícil" para descrever a questão de como exatamente o nosso cérebro realiza a experiência consciente subjetiva. Alguns filósofos continuam a insistir que a mente é inerentemente distinta da matéria. Avanços na compreensão do funcionamento do cérebro minam, porém, as ideias de dualidade.

Anil Seth, professor de neurociência cognitiva e computacional na Universidade de Sussex, na Inglaterra, está na vanguarda dessa última pesquisa. Sua palestra TED sobre consciência foi assistida mais de 11 milhões de vezes. Seu novo livro, *Being You* (*Sendo Você*, inédito em português), propõe a ideia da mente humana como uma "máquina de previsão altamente evoluída", baseada nas funções do corpo e "constantemente alucinando o mundo e o ser" para criar realidade.

BRET HARTMAN/TED E ISTOCKPHOTO

The Observer: Uma das coisas que apreciei em sua abordagem foi o modo como muitos fenômenos que o senhor investiga brotam da sua experiência. A sensação de retornar à consciência depois de uma anestesia, ou como sua mãe, experimentando o delírio, não era mais reconhecível. É sempre importante ter em mente essa estrutura do mundo real?

Anil Seth: O motivo pelo qual me interesso pela consciência é intrinsecamente pessoal. Quero compreender a mim mesmo e, por extensão, aos outros. Mas também sou superinteressado em desenvolver modelos estatísticos e métodos matemáticos para caracterizar coisas como a emergência, um comportamento que envolve a mente como um todo e que não envolve um componente pessoal.

TO: O senhor montou sua equipe em Sussex como um grupo multidisciplinar, com matemáticos puros, psicólogos e cientistas da computação, assim como neurocientistas cognitivos. Por quê?

AS: Eu tinha receio da academia porque minha primeira experiência em educação foi de especialização progressiva. Ainda me lembro que, aos 15 anos, tive de escolher entre artes e ciências, e aquilo pareceu uma maluquice. Eu temia que uma carreira acadêmica científica consistisse em aprender uma quantidade enorme de coisas sobre algo que não interessasse a mais ninguém. Foi um alívio quando essa ideia se mostrou falsa. Tentamos manter uma pergunta na mente e usar ferramentas diferentes para respondê-la.

TO: Que pergunta o senhor mantém na mente?

AS: De modo mais geral, é a pergunta de como desenvolver uma explicação científica satisfatória sobre a experiência consciente.

TO: O problema mente-corpo nunca será totalmente resolvido?

AS: Não, mas eu gostaria de avançar. Trata-se de continuar fazendo ciência rigorosa, em vez de propor alguma solução genial para o "problema difícil". Corremos o risco de não entender o mistério central da vida, escapando para uma ou outra forma de pensamento mágico. Há muito a fazer para uma compreensão materialista simples de como o cérebro se relaciona com a experiência consciente.

> "Corremos o risco de não entender o mistério central da vida, escapando para alguma forma de pensamento mágico"

TO: Me interessei, no livro, pela parte sobre Clive Wearing. Em consequência de uma infecção cerebral devastadora, ele perdeu a memória consciente e vive em um tempo presente permanente, como se acordasse

perpetuamente de um coma. Mas os estudos mostram que ele demonstra um amor duradouro pela mulher. Como se explica isso?

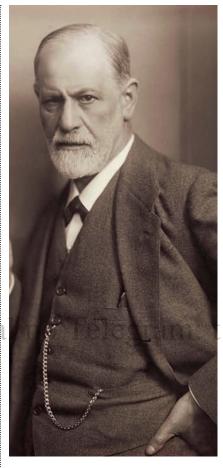
AS: Não conheço Clive nem a mulher dele, só li sobre o caso, que mostra que algumas das coisas que consideramos necessárias para a identidade pessoal, obviamente, não o são. Há todo tipo de formas de memória. A memória autobiográfica é apenas uma delas. Em pacientes neurológicos, você vê como a mente é construída por processos que não vemos na vida normal.

TO: Lembro-me do escritor Nicholson Baker sugerindo que todos os pensamentos que valem a pena são mais ou menos do tamanho de um guarda-roupa e têm a complexidade de um carrinho de mão. O que o senhor pensa sobre os pensamentos?

AS: O filósofo William James disse: "Os próprios pensamentos são os pensadores". Acho que há uma verdade nisso. Talvez seja um erro pensar nos pensamentos sendo produzidos ou observados por um ser interior precursor. O pensamento é fundamental para a psicologia, mas é uma das coisas mais difíceis de estudar. Você não pode controlar o pensamento da mesma maneira que consegue manipular sistematicamente a percepção no laboratório. Por isso evito investigar como a mente divaga.

TO: Mas em seus estudos o senhor começa a observar que há uma espécie de humor embutido na consciência.

AS: Há uma espécie de estímulo criativo interno na variação de nossas vidas mentais. Mas de onde vêm os pensamentos? Sou cético em relação às explicações psicanalíticas que sugerem que há um subconsciente tentando entrar lá e lhe dar ideias que, de outro modo, seriam reprimidas. Para mim, elas são a versão maximamente abstrata da percepção

TO: Seu livro é cheio de bons aforismos. Um central em sua argumentação

Fora do divã. Seth se diz cético em relação às explicações psicanalíticas, derivadas de Sigmund Freud, de que há um subconsciente tentando entrar na nossa vida mental e nos dar ideias que, de outro modo, seriam reprimidas.

sobre o como e o porquê da consciência é a ideia de que "eu prevejo a mim mesmo, portanto sou". O que é o "eu" nessa sentença?

AS: É uma coleção de previsões perceptivas. É uma sentença bem-humorada. O "eu" é deliberadamente ambíguo. Ele diz que há uma experiência brotando do fato de eu ser um indivíduo simples e uno, com todos esses atributos diferentes: memórias, laços emocionais, experiências corporais.

TO: Esse sentimento da primeira pessoa é muito teimoso. A maioria das pessoas tem um senso muito forte de continuidade entre nossas experiências na infância e o nosso ser atual. Essa unidade percebida é essencialmente uma espécie de estratégia darwiniana?

AS: Há muita discussão sobre a função evolucionária da consciência. Mas as respostas que você recebe dependem da distinção que está tentando fazer. Se estiver tentando dizer por que uma coisa é consciente, em vez de simples mecanismos evoluindo em desenhos no escuro, você está, simplesmente, indo contra o "problema difícil". Mas, se você pensar sobre qual é o benefício evolucionário para o organismo ter essas experiências específicas, então verá que uma experiência da individualidade é importante, porque ela maximiza as chances de sobrevivência do organismo

TO: Por que não é possível para a inteligência artificial, pelo menos, imitar essa percepção orgânica e, portanto, imitar outros aspectos da individualidade consciente?

AS: Eu acho que, provavelmente, é muito possível a IA imitar isso. Na verdade, no livro eu digo que o ritmo dessa capacidade de imitar é realmente assustador, com a combinação de coisas "profundamente falsas" com máquinas de processamento de linguagem natural. Mas a instanciação é outra coisa.

TO: O que o senhor chama de instanciação?

AS: Construir um sistema de IA ou um robô que experimente subjetivamente ter uma individualidade, em oposição a ser uma máquina sofisticada que dá a aparência de ter uma identidade, mas com nada realmente acontecendo.

TO: Mas se pegarmos a definição de consciência de Daniel Dennett como "um trilhão de robôs inconscientes dançando", onde está a diferença?

AS: Dan Dennett é uma das minhas inspirações e um dos meus mentores mais

ISTOCKPHOTO E MAX HALBERSTADT/BIBLIOTECA DO CONGRESSO DOS EUA

antigos. A oportunidade, nos últimos anos, de discutir com ele foi um grande prazer. Eu dei uma palestra TED em 2017 e das 3 mil pessoas presentes – muitos fundadores, investidores e pessoas famosas –, a única que me aterrorizava era Dennett, que eu sabia que estava na plateia. E com razão. Em certo momento da palestra, descrevi as experiências perceptivas como uma espécie de "filme interior". Mais tarde, ele me disse: "Ah, foi ótimo, exceto o filme. Porque: quem está assistindo ao filme?" É uma crítica muito boa. Não há filme porque não há ninguém assistindo.

TO: Mas há uma narrativa embutida, não importa como a descrevemos. Nossa vida interior é só uma história contada?

AS: Dennett se equivoca um pouco sobre o que ele considera a experiência perceptiva ou fenomenal, se ela existe ou não. Eu embarco nessa, porque acho que podemos ir muito longe explicando as funções e disposições das coisas a se comportarem de determinadas maneiras. Mas sou agnóstico sobre se, no fim desse programa de tentar explicar em termos físicos as propriedades da experiência, ainda sobrará algum resíduo de mistério.

> "Passei muito tempo estudando os polvos. Eles realmente demonstram uma maneira totalmente diferente de ser"

TO: Seus pensamentos sobre isso já assumiram alguma tendência espiritual, em termos de por que algo existir, em vez de não existir?

AS: Eu acho que há certa arrogância em supor que tudo se submeterá a um programa de explicação mecanicista. Acho que é honestidade intelectual admitir que a existência da experiência consciente como fenômeno em um universo para o qual geralmente temos explicações físicas parece estranha.

TO: Uma das perguntas colocadas por Thomas Nagel no famoso ensaio *Como É Ser Um Morcego?* é se um ser humano representa o tipo de consciência mais evoluído. O quanto o senhor tem consciência dos diferentes tipos de seres?

AS: Muito do que sabemos sobre a consciência humana baseia-se em experimentos com animais. Uma das histórias do livro é sobre o tempo que passei estudando os polvos, que foi fantástico. Eles realmente demonstram maneira totalmente diferente de ser. Uma das tensões mais incrustadas em mim é entre usar humanos como referência, o que de certa forma temos de fazer, e reconhecer que os humanos não são a referência pela qual todas as outras espécies conscientes devem ser avaliadas. É importante reconhecer que, se outras espécies têm experiência, as primeiras coisas de que elas serão dotadas pela evolução são as capacidades de sentir dor, prazer ou sofrimento, mais que um pensamento inteligente complexo.

TO: No livro, o senhor conta que só recentemente examinou um cérebro humano vivo, depois de ter sido convidado a assistir a uma operação. Como foi a experiência?

AS: Espantosa. Esse objeto material que estudei por mais de 20 anos estava ali. Enquanto fazia a operação, em que foram removidas partes do cérebro danificadas, o cirurgião cortou um pedaço e me deu para segurar. Foi uma experiência muito importante, um lembrete de que qualquer coisa que esteja acontecendo, de alguma forma, acontece exatamente ali, nesse momento. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Espelho. Outras espécies vivem experiências e têm a capacidade de sentir dor e prazer

Rosto de uma época de ouro do cinema

MONICA VITTI AOS 90 ANOS, VAI-SE A ESTRELA QUE BRILHOU COMO ANNA MAGNANI E SOPHIA LOREN

Coube ao ministro da Cultura italiano, Dario Franceschini, anunciar a morte de Monica Vitti, ocorrido na quarta-feira 2. Musa de Michelangelo Antonioni, com quem fora casada, a atriz tinha 90 anos e enfrentava, havia um bom tempo, uma doença degenerativa. "Adeus à rainha do cinema italiano", escreveu o ministro, no comunicado.

Nascida Maria Luisa Ceciarelli, em 3 novembro de 1931, em Roma, numa família de origem siciliana, Monica decidiu, ainda muito jovem, que entregaria sua vida à interpretação.

Chegou a fazer um curso de secretária, para satisfazer a ansiedade da família, mas logo se inscreveria no conservatório de artes dramáticas de Roma. "Eu precisava ser atriz para não morrer", escreveu, na autobiografia publicada em 1995.

Antes de ser descoberta por Antonioni, que a levaria para o cinema, interpretara papéis escritos por Shakespeare, Brecht, Molière e Georges Feydeau nos palcos.

O primeiro convite feito pelo cineasta foi para que ela, com sua voz rouca, dublasse a atriz Dorian Gray no filme *O Grito* (1957). Nascia ali uma dupla paixão. Monica logo se tornaria não apenas a musa artística de Antonioni, mas também sua mulher.

O filme que marcou o início dessa história foi *A Aventura* (1958), no qual a atriz vive, com um olhar tão sedutor quanto angustiado, a atormentada Claudia. O longa-metragem, exibido no Festival de Cannes de 1960, tornou-se um marco da história do cinema – despertando amores e ódios. Viriam na sequência *A Noite* (1961), *O Eclipse* (1962) e *O Deserto Vermelho* (1964).

Desfeito o casamento, depois de uma década da relação, a atriz deixou o universo etéreo de Antonioni e passou a mostrar sua versatilidade. Entre as décadas de 1950 e 1990, seu nome aparece creditado em nada menos que 63 filmes.

No cinema italiano, trabalhou com Mario Monicelli (*A Garota com a Pistola*, de 1968), Alberto Sordi (*Amor, Ajuda-me*, de 1969), Ettore Scola (*Ciúme à Italiana*, de 1970) e Luciano Salce (*Pato com Laranja*, de 1975), entre outros.

Nos Estados Unidos, fez *Modesty Blaise* (1966), aventura de espionagem dirigida por Joseph Losey, na qual interpretava uma versão feminina de James Bond. Com Luis Buñuel, filmou *O Fantasma da Liberdade* (1974).

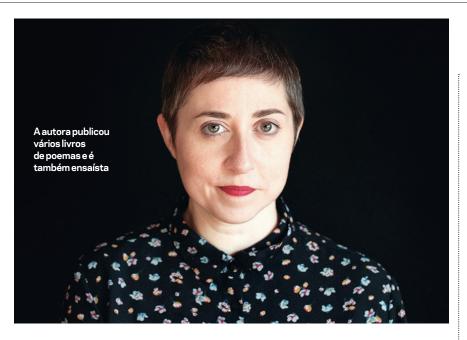
Presença luminosa na tela, com sua expressão enigmática e sua beleza impecável, Monica Vitti tornou-se também símbolo de uma época de ouro do cinema. •

– Por Ana Paula Sousa

ANSA

A autora publicou vários livros de poemas e é também ensaísta

AS MARAVILHAS.

Elena Medel. Tradução: Rubia Goldoni. Todavia (192 págs., 64,90 reais)

Por um labirinto de lutas e sonhos

LITERATURA AO ESTREAR NA FICÇÃO, A POETA ESPANHOLA ELENA MEDEL LANÇA UM OLHAR AGUDO SOBRE OS LUGARES OCUPADOS PELAS MULHERES NAS ÚLTIMAS SEIS DÉCADAS

POR ALYSSON OLIVEIRA

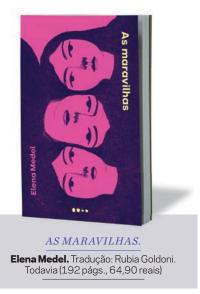
Quando Pedro quis convencer María, uma das protagonistas de *As Maravilhas*, a morar com ele, apelou: "Pense pelo lado do dinheiro". O narrador, por sua vez, concluiu: "É isso que importa, o de sempre: o lado do dinheiro".

Em sua primeira ficção, a poeta Elena Medel, nascida em Córdoba, na Espanha, e radicada em Madri, cria uma história multigeracional que tem, no centro, três mulheres de uma mesma família às voltas com dificuldades financeiras e o universo do trabalho.

O livro não chega a ser uma saga familiar, pois é um texto mais intimista, mas traz um olhar bastante agudo sobre os avanços da luta feminista.

Alícia é uma jovem que trabalha em uma lanchonete numa estação de trem em Madri. Sua mãe, Carmen, casou-se bem e viveu uma vida de classe média alta, com conforto, até o suicídio do marido, cheio de dívidas.

Sua avó, María, saíra de Córdoba, onde morava, no fim dos anos de 1960. Deixara a filha recém-nascida com parentes e migrou para Madri, onde, entre um trabalho e outro, de cuidadora a faxineira, engajou-se em lutas sociais.

Por meio da trajetória dessas três figuras, a autora resgata as conquistas, avanços e permanências na posição da mulher na Espanha dos últimos 60 anos. Com estrutura bastante fluída, *As Maravilhas* tem uma narrativa que circula no tempo e no espaço, alternando vozes, e traçando paralelos entre gerações.

María e Alícia, por exemplo, fazem o mesmo movimento migratório, saem da mesma cidade rumo a Madri. Os motivos que as levam a fazer isso são, porém, diferentes. Ambas têm ainda dúvidas semelhantes. Por exemplo: morar ou não morar debaixo do mesmo teto do namorado? Os anos que as separam lhes dão consciências e opções distintas.

A trama embaralha personagens e espelha suas trajetórias, mergulhando assim o leitor em um labirinto de fatos e reflexões. Trata-se de um recurso ousado, e que nem sempre funciona bem.

Poeta experiente, Elena Medel alcança, em *As Maravilhas*, momentos bastante bonitos, especialmente na construção de frases e na escolha precisa das palavras. Por outro lado, a narrativa, às vezes, parece girar em falso, repetindo fatos e motivos que, mais do que obter um efeito narrativo forte, acabam truncando a experiência de leitura.

É como se sua prosa envolvente pedisse o aparo de algumas arestas para ficar ainda mais cortante. A autora revela-se, de toda forma, uma romancista corajosa, sagaz e repleta de ideias. •

LAURA C. VELA

A Seleção em campo

▶ A presença de Coutinho, cada vez mais confiante, reafirma o acerto da decisão de Tite de "deixar o campo falar"

A vitória folgada da Seleção Brasileira contra o Paraguai, por 4 a 0, na terça-feira 1º, trouxe certo alívio, mas não afastou de vez a preocupação da maioria dos comentaristas e dos torcedores.

Antes do jogo, Casagrande já espanava, invocado com as "cadeiras cativas" que parecem reservadas a alguns jogadores. A meu ver, isso faz parte da estratégia do Tite de buscar dar solidez e confiança ao grupo de escolhidos.

A chance de provar novos valores que vão se destacando – o que não deixa de ser um bom sinal – é dada pela classificação bastante antecipada nas Eliminatórias. Mas, obviamente, alguns ficarão pelo caminho.

Outra oportunidade para a Seleção tem sido dada pela mudança das datas da Copa para novembro e dezembro, em razão do clima do Catar. A ansiedade é inevitável, e só será desfeita com o resultado final das disputas dentro do torneio.

O treinador busca testar diferentes alternativas para distintos adversários em suas formas de jogo e tem seus "homens de confiança". Algumas situações têm se mostrado instigantes nas discussões acerca da formação da Seleção Brasileira.

Uma delas é a formação do meio-campo, com volantes, meias e centroavantes em distintas formas de jogo agravadas pela ausência de Neymar – ainda com *status* de titular absoluto. Como o meio-campo se organizará com a volta do astro?

O treinador, vaiado ao ser anunciada a escalação do jogo em Belo Horizonte, mostrou-se bastante preocupado o tempo todo, mesmo estando em um jogo que se mostrou fácil, pela boa apresentação do quadro escalado. Estaria o técnico esticando demais a corda?

São interessantes as alternativas com atacantes abertos e lançamentos do meio-campo ou da zaga próprios para sair das "marcações altas". Vê também muita "pressão", recurso comumente aplicado nestes tempos em que a palavra de ordem no futebol é intensidade.

O Marquinhos, em excelente forma, acabou se destacando bastante neste jogo com o Paraguai. Tenho insistido que, da forma como se tem jogado atualmente, ter um lançador e um jogador veloz no ataque facilita muito a exploração dos contra-ataques. Quando um time está pressionado, a presença de muitos espaços vazios funciona – por mais contraditório que possa parecer – como um elemento-surpresa.

Além disso, quando possível, convém a saída de bola vertical, em vez daqueles repetidos passes laterais, marca indelével de um jogo mecanizado, amarrado e chato – que acaba por irritar o torcedor. Marquinhos tem se destacado também nesse tipo de lance.

Enquanto escrevo isto, me vem à lembrança o inesquecível capitão Carlos Alberto, que fazia esses passes com extraordinária confiança, até mesmo encobrindo os marcadores do meio do campo.

Outra situação animadora é a escalação de pontas autênticos, apesar de, muitas vezes, trocados de lado. Trata-se de um recurso interessante, embora limite a capacidade de os dribladores autênticos desmantelarem defesas rígidas.

Os gols do Raphinha e Antony têm sido bonitos. Antony foi, inclusive, levado para a Holanda, onde joga relembrando Arjen Robben, que cansou de usar esse expediente de "cortar para dentro" e chutar cruzado jogando pelo PSV, Bayern de Munique e pela seleção holandesa.

A grande vitória neste jogo, para o Tite, foi ter sido um sucesso a escalação do Phillippe Coutinho.

Coutinho jogou bem, fez um belo gol e pareceu estar sedimentando a confiança que vem ganhando no Aston Villa Football Clube, da Inglaterra, seu novo clube. A presença do jogador reafirma a decisão de Tite de "deixar o campo falar".

O que não vale, agora, é repetir a Copa de 1966. À altura, movido pela política interna, o futebol brasileiro convocou quatro seleções para, dali, tirar a única que iria disputar a Copa na Inglaterra. Foi um desastre total. •

redacao@cartacapital.com.br

Antony e Coutinho têm se destacado na equipe

BAPTISTÃO E LUCAS FIGUEIREDO/CBF OFICIAL

Vacina contra a Ômicron

▶ No mundo, autoridades e especialistas em saúde pública tentam entender se será mesmo necessária uma vacina específica para a variante

O mundo precisa de uma vacina contra a Ômicron? Esta é a pergunta feita por Emily Waltz no último número da revista *Nature*.

Assim que a variante Ômicron foi detectada, em novembro de 2021, a indústria farmacêutica deu início às pesquisas para desenvolver uma preparação vacinal capaz de estimular a formação de anticorpos especificamente dirigidos contra ela.

Na semana passada, as companhias Pfizer e Moderna anunciaram os primeiros estudos clínicos, nos quais serão testadas as doses que ofereçam proteção contra essa variante altamente contagiosa.

Mas, "se essa vacinação será necessária, ou mesmo prática, não está claro, de acordo com autoridades de saúde pública e especialistas ouvidos pela *Nature*", diz Waltz.

O principal argumento dos que são contrários a esta ideia é o de que os casos já terão chegado ao pico e caído antes que a vacina consiga passar pelos testes clínicos Fase 3 e receber a aprovação das agências reguladoras.

Qual a utilidade de uma vacina preparada especificamente para imunizar contra uma variante que já tivesse infectado a maioria das pessoas que entraram em contato com ela?

Além do mais, embora as vacinas existentes hoje não evitem que os imunizados adquiram a infecção pela Ômicron, protegem contra as formas mais graves e fatais da doença. Seria preciso criar outra vacina?

De fato, cerca de 80% dos pacientes internados em nossas UTIs não foram vacinados ou receberam apenas uma dose. Em Nova York, os que receberam as três doses da Moderna ou da Pfizer correm risco de morte 78 vezes menor do que os não vacinados. Lá, o risco de uma pessoa que tomou as três doses vir a morrer é de um em cada milhão. A nova vacina apresentaria resultados superiores?

Kanta Subbarao, que coordena o Technical Advisory Group on Covid-19 Vaccine Composition, da Organização Mundial da Saúde (OMS), criado em setembro de 2021, argumenta: "Nós temos muita confiança nas vacinas atuais, mas precisamos discutir se será necessário atualizarmos as composições vacinais, de acordo com as variantes-alvo".

O sistema de atualização periódica de vacinas já existe para a Influenza (gripe). Mais de cem laboratórios e cinco centros de vigilância epidemiológica ao redor do mundo testam milhares de amostras do vírus, em colaboração com um grupo da OMS, que se reúne duas vezes por ano para recomendar a composição da vacina que será empregada na estação seguinte. Até agora, não havia estrutura semelhante para tratar da composição vacinal contra a Covid-19.

As vacinas atuais foram desenvolvidas contra a cepa original do SARS-CoV-2 surgida em Wuhan, na China. No entanto, essa cepa é biologicamente distinta da Ômicron, que contém pelo menos 30 mutações em seu genoma, responsáveis por transmiti-la com tanta facilidade que se tornou responsável por mais de 90% dos casos em boa parte dos países.

O fato de muitos pacientes ainda serem hospitalizados e o número de mortes ser alto em muitos lugares é lembrado pelos defensores de novas composições nas futuras preparações vacinais. O argumento é de que fica impossível estimar o número de pessoas ainda vulneráveis à Ômicron, por causa da idade ou por algum tipo de deficiência imunológica.

Como a produção de anticorpos cai lentamente após a terceira dose, especialistas discutem se estaria indicada a aplicação de uma quarta dose de uma das vacinas atuais ou se o ideal seria empregar uma preparação especificamente dirigida contra a Ômicron.

Instituições como o National Institute of Allergy and Infectious Diseases (Niaid) e o Cepi – uma aliança internacional – disponibilizaram em torno de 250 milhões de dólares para financiar pesquisas destinadas a chegar a uma vacina pan-Coronavírus, isto é, capaz de imunizar contra a maioria dos tipos dessa família.

Até lá, os esforços devem ser concentrados na obtenção de uma vacina atualizada para as variantes que estiverem circulando, sem passar a ideia de que as atuais estão defasadas, o que seria desastroso.

Enquanto cientistas talentosos, epidemiologistas, infectologistas e os melhores especialistas em saúde pública do mundo inteiro se reúnem para discutir a elaboração de vacinas cada vez mais eficazes que já salvaram, e continuarão salvando milhões de vidas, hordas de ignorantes e de mal-intencionados empenham-se em desacreditar a vacinação e em convencer os incautos a segui-los. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

PESQUISA DE SATISFAÇÃO!
De 0 a 13 qual a chance de você votar novamente em um candidato fascista, canalha, corrupto e covarde?
17 OU MAIS.